



Anais da Assembleia

Nº 113

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 1991.

ANO XVII

Atos da Presidência:

LEI Nº 9.695

DATA 06 de setembro de 1991

SÚMULA: Autoriza o cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado competente, autorizado a promover, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da vigência desta lei, cadastramento de todos os deficientes físicos existentes no Estado, carentes de recursos e que necessitem de apoio governamental.

§ 1º - Este cadastramento será feito por área, registrando aqueles que necessitem de cadeira de rodas, óculos, aparelho ortopédico, prótese ocular, deficiência dentária e odontológica e aparelho auditivo.

§ 2º - Haverá ampla divulgação junto à comunidade, sobre a realização deste cadastramento, orientando-se os interessados de como proceder a respeito.

Art. 2º - Concluindo o cadastramento, a Secretaria competente promoverá o atendimento, empregando todos os recursos orçamentários disponíveis.

Parágrafo Único - Os deficientes já cadastrados e interessados no atendimento, terão ampla e gratuita assistência dos serviços médicos do Estado, na apreciação clínica de sua deficiência e consequente indicação do atendimento adequado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEI Nº 9.696

DATA: 06 de setembro de 1991

SÚMULA: Altera a alínea "a" do artigo 19 da Lei nº 4.766, de 16/11/83 (funcionários - IPE)

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - A alínea "a" do artigo 19 da Lei nº 4.766, de 16 de novembro de 1963 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 - São beneficiados obrigatórios:

a) o cônjuge, ou companheira(o) ou dependentes."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.09.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 038/91

DATA 04 de setembro de 1991

SÚMULA: Altera a redação do art. 1º da Resolução nº 065/90.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - O artigo 1º da Resolução nº 065, de 17 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizado a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Itaperuçu, desmembrando-o do município de Rio Branco do Sul:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Com o município de Rio Branco do Sul:

Começa no rio Ribeirinha na foz do rio Taquaral; segue por este até a sua nascente de onde, por linha seca e reta alcança a bifurcação das estradas MN 009 com a estrada MN 413 no alto do rio Taquaral; deste ponto segue pela estrada MN 413 que liga o alto do Taquaral com a localidade de Encantilado até a foz de um pequeno córrego ao lado da residência do Senhor Joaquim Martins Bueno à margem do rio Aquingui; deste ponto segue pelo rio Aquingui até a foz do rio Barra Mansa, sobe pelo rio Barra Mansa até sua nascente; deste ponto segue por linha seca e reta no sentido Oeste para Leste até alcançar a estrada MN 008 que liga a localidade de Vuturu dos Benitos à localidade de Florestal; segue pela citada estrada até a bifurcação com a estrada MN 406 que liga Tacaniga dos Costas

com a localidade de Vuturuvu dos Bentos; segue pela citada estrada até a ponte de concreto existente no rio Tacaniça ao lado da residência do Senhor Antônio Costa Neto; segue pelo rio Tacaniça abaixo até o ponto de intercessão da linha Norte para Sul; deste segue por linha seca e reta na direção Sul até a bifurcação da estrada MN 201 que liga Itaperuçu com a localidade de Canelão e a estrada MN 406 que liga a localidade de Cláudios com a localidade de Tacaniça dos Costas; deste ponto segue pela estrada MN 201 no sentido indo para Itaperuçu até o ponto de intercessão com a linha Oeste para Leste; deste ponto em linha seca e reta no sentido Leste alcança o ponto culminante do Monte Mossunquê em linha reta e seca no sentido Sudeste alcança o reservatório de água no córrego do Canha. Segue pelo córrego do Canha até a foz do rio Tacaniça; sobe o rio Tacaniça até a sua nascente de onde em linha reta e seca no sentido Norte-Sul alcança a Serra do Betara;

Com o município de Almirante Tamandaré:

Começa no ponto acima descrito na Serra do Betara; segue pela cumiada da refeirada serra, divisa entre os municípios de Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré até a nascente do rio Betara e por este até a sua foz no rio Capivara; deste ponto segue pelo rio Capivara até sua foz no rio Açungui;

Com o município de Campo Largo:

Começa na foz do rio Capivara no rio Açungui; segue pelo rio Açungui até a foz do rio Pavão dos Silvas; sobe por este até sua nascente de onde em linha seca e reta alcança a nascente do ribeirão Caíva, desce por este até sua confluência com o rio Tapera; desce por este até sua foz no rio Ribeirinha;

Com o município de Castro:

Começa na foz do rio Tapera no rio Ribeirinha; segue por este até a foz do rio Taquaral, ponto de partida.

Parágrafo Único - O perímetro urbano do Distrito Administrativo de Itaperuçu será o seguinte:

Inicia na torre da EMBRATEL sobre o morro Mossunquê; deste ponto segue por linha seca até o reservatório de água existente na margem esquerda da Avenida Industrial, sentido Rio Branco do Sul - Itaperuçu; daí segue pela Avenida Industrial até a linha da Rede Ferroviária Federal S/A; daí continua no mesmo sentido pela Rua Crispim Furquim de Siqueira até a planta do loteamento Vila Santos, na esquina da Rua nº 01, do referido loteamento; deste ponto segue à direita no sentido Noroeste numa distância de 710,00 metros; daí segue à direita no sentido Nordeste, numa distância de 4.105,00 metros e deste

ponto segue à direita até o morro Mossunquê, de onde inicia.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Arnibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, José Alves, Neivo Beraldin, Nelson Garcia e Nilton César (06). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato e José Afonso Júnior (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.- Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Trinta e um Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Peço a Mesa, informar se o Deputado Toti Colaço respondeu à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Segundo o Senhor Primeiro Secretário, respondeu à chamada.

Em votação a ata. APROVADA.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 1106/SEPH, do Senhor LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Secretário Especial da Política Habitacional, respondendo PEDIDO DE INFORMAÇÕES de autoria dos Deputados ERNANI PUDELL, DOUTOR ROSINHA e OVÍDIO CONSTANTINO, que solicitaram sobre: número de habitações e forma de construção no Estado, municípios beneficiados com unidade habitacional; se existem terras necessárias para execução dos projetos e quantas famílias já foram beneficiadas com casa própria pelo atual Governo.

Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o atestado em anexo, REQUER, ouvido o Plenário, licença pelo prazo de 40 (quarenta) dias, para tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Dr. Rogério Augusto Camargo Scheibe
CRM 5638 - CPF 186889269/72

Médico

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o Deputado José Afonso Júnior necessita afastar-se de suas atividades profissionais por um período de 40 (quarenta) dias, por motivo de saúde, encontrando-se o mesmo em estafa física e mental.

Curitiba, 09/09/91

(a) Dr. ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIBE
Hospital São Lucas

Av. João Gualberto, 1974 - Fone: 252-8050
Curitiba - Paraná

COORDENADORIA MÉDICA

LAUDO MÉDICO Nº 023/91

Aos dez dias do mês de setembro de 1991, a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde no Deputado José Afonso Júnior, concluiu achar-se o mesmo com 308.4/8 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte). Tendo-lhe sido concedido 40 (quarenta) dias de licença, para tratamento a partir de 10/09/91.

(aa) ilegível.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ SERVIÇO MÉDICO

Curitiba, 10 de setembro de 1991.

Senhor Diretor.

Comunicamos a Vossa Senhoria que passou por inspeção médica, neste serviço o Senhor Deputado José Afonso Júnior, servidor desta ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, tendo-lhe sido concedido 40 (quarenta) dias de licença para tratamento de saúde a partir de 10/09/91.

Cordiais Saudações.

(a) Dr. ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIBE
CRM-PR 5638
Coordenador Médico-Odontológico

REQUERIMENTO Nº 2290

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, o cancelamento do regime de urgência e o adiamento da discussão e votação por cinco (05) sessões, para o projeto de lei nº 286/91, de autoria dos Deputados

Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a criação do Fundo Estadual de Saúde (FES).

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2298-A

Senhor Presidente.

Solicito a Vossa Excelência a justificação de falta no dia 12 da Sessão Plenária, tendo em vista que serei homenageado pela Confederação Nacional dos Delegados de Polícia de Carreira, na Cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2300

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma COMISSÃO SUPRAPARTIDÁRIA com um representante de cada partido com assento nesta Casa, coordenar as ações do Poder Legislativo com vistas à reativação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BRDE, com o prazo de atuação até 11 de novembro de 1991.

Sala das Sessões, em 11.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do Poder Público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel, desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável, conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná.

Em 12/06/1991, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõem a participação da União no Banco, o que foi considerada factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu Art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de recursos financeiros relativos a programas e proje-

tos de caráter regional.

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isto, uma decisão política.

Esta Casa deve participar ativamente do processo decisório que envolve a implementação do projeto de reativação do BRDE com a participação da União em seu capital.

REQUERIMENTO N° 2302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado nos Anais desta Casa, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor OSCAR SILVA, ocorrido no dia 10 do corrente, na cidade de Toledo-PR.

Natural de Alagoas, o escritor Oscar Silva, que residia em Toledo desde os anos 50, foi pioneiro da imprensa no Oeste do Estado, tendo atuado em diversos órgãos de comunicação social da Cidade, como cronista e colaborador. Atuou também como coletor federal e em repartições públicas estaduais.

Autodidata, foi autor de vários livros: "Asas para o Pensamento", editado em 1945; "O Cavaleiro da Esperança" (1946); "Fruto de Palma" (1953); "Águas do Panema" (1968); "Conto e as Massas" (1970) e "Sementes do Paraíso" (1980).

Oscar Silva estava se preparando para lançar uma coletânea de artigos denominada "Toledo Existe Existe".

Esta semana ao falecer, com 76 anos de idade, deixando a esposa Gilda e seus 12 filhos, morre também parte da cultura toledana, embora perpetuada pela sua obra.

É justo que a Assembléia Legislativa do Paraná associe-se à dor da família enlutada transmitindo as condolências para a esposa Gilda Silva e filhos - Rua 7 de Setembro, n° 578 - Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 11.09.91

(a) DUILIO GENARI

REQUERIMENTO N° 2303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora GERMINA HENRIQUE DA CRUZ, ocorrido no dia 03 de Setembro de 1991, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2289

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Padre ARTURO SEPPI, ocorrido no dia 09 de Setembro próximo passado, nesta cidade de Curitiba.

Que do presente dê-se ciência à Paróquia Nossa Senhora da Conceição, sito à Rua Hemério Logarini, n° 02, Botiatuvinha, Santa Felicidade, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Falecido na última segunda-feira, aos sessenta e três anos, o Padre ARTURO SEPPI era natural da Itália.

Pertencente à Congregação Carlista, exerceu o sacerdócio por 35 anos, chegando ao Brasil em 19 de agosto de 1954.

Permaneceu, por 19 anos, 09 meses e 04 dias na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, no Botiatuvinha, nesta Capital, desenvolvendo maravilhoso trabalho em prol da comunidade.

Milhares de pessoas acompanharam o seu corpo até o campo santo, nesta capital, numa demonstração inequívoca de admiração e agradecimento de seus paroquianos.

REQUERIMENTO N° 2295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MÁRIO FREDER, ocorrido em 09 de Setembro/91.

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.09.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 33 anos faleceu, em data de ontem, (09.09.91), o Senhor MÁRIO FREDER que residia no Município de Cruz Machado.

O extinto deixa viúva Dona Diva e um filho.

O passamento de Mário Freder veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Mário.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança da-

quele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Freder, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2286

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à nova diretoria do SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DO ESTADO DO PARANÁ-SINDIREPA.

Que o presente dê-se ciência aos homenageados na sede do Sindicato, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Eleita para o período de 1991/1994, a nova diretoria do SINDIREPA é presidida por Jefferson Benedito Rigolino, da Carlos Cesar Rigolino & Filhos Ltda, e conta com nomes de respeito e credibilidade no ramo de reparos de veículos e acessórios no Paraná, razão que merece os nossos cumprimentos e votos de uma gestão profícua e empreendedora para todos os diretores.

REQUERIMENTO N° 2293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos pela passagem, nesta data, do DIA DA IMPRENSA.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. Desidério Peron, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, para que receba e cumpriamente toda a classe em nome do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.09.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Tenho sempre na lembrança uma frase que um dia ouvi do saudoso Presidente Tancredo Neves: "A Imprensa sabe de sua importância e de suas responsabilidades na vida democrática. O melhor apoio ao governo é o que presta a Imprensa livre, mas rigorosa na fidelidade dos fatos".

Hoje transfiro essas palavras diretamente ao profissional que faz a Imprensa, o Jornalista. Entendo que o jornalista é

um dos raros profissionais que mais se identificam com os parlamentares.

No seu afã diário é um servidor do povo, lutador pelas liberdades e pela democracia: é um denodado defensor da sociedade. A Imprensa participa de múltiplas formas do dia-a-dia da comunidade, contribuindo para o aprimoramento social e para o bem estar do cidadão, seja informando, orientando e formando a opinião pública. Sempre atento, vigiando, denunciando se necessário for, o Jornalista se integra na atividade dos que realmente prestam serviços à comunidade.

Por isso, ao agir com responsabilidade e fidelidade aos fatos, o homem da Imprensa assume um elevado papel na sociedade, tornando-se cada vez mais digno do nosso respeito e da nossa admiração.

Nesta homenagem que é desta Casa como um todo, desejo recordar que ao longo da história muitos Jornalistas pagaram com grande sacrifício o tributo de sua determinação em favor da verdade, da liberdade e da justiça. Perseguições, castigo, humilhação e até a vida foi o preço pago por alguns profissionais da informação desde os nossos tempos imperiais. Mas isso somente serviu para retemperar a fibra e o caráter do jornalista brasileiro, enobrecendo a profissão que as gerações que agora a abraçam têm o dever histórico de honrar.

O jornalismo é quase um sacerdócio, é uma vocação do bem servir.

Por isso devemos todos nós, integrantes deste Parlamento, consignar aqui a nossa homenagem a todos os profissionais, nesta data consagrada à IMPRENSA.

REQUERIMENTO N° 2294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a todos os Senhores Vereadores do Paraná pela passagem, no próximo dia 1° de Outubro, do "DIA DO VEREADOR".

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os Senhores Vereadores do Estado do Paraná por intermédio dos Senhores Presidentes de cada Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11.09.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A ocorrência do Dia do Vereador, a 1° de outubro, assinala uma data a ser festejada por todos os que têm algum envolvimento com a nobre atividade da política. Porque o Vereador é, na Democracia Representativa de nossos dias, o elo pri-

meiro da transmissão da vontade popular, exercendo o mandato de base por delegação dos eleitores titulares da soberania. É ele que está junto às comissões e que se faz porta-voz dos anseios, propósitos e demandas por soluções junto aos governantes do menor ao mais elevado escalão político.

E dentre as três classes parlamentares a que se expõe aos espinhos da atividade é a dos parlamentares municipais, os VEREADORES. É desnecessário seria explicar o porquê. Mas é bom que se recorde que o Vereador enfrenta de princípio duas situações adversas: por estar mais diretamente em contato com o povo serve de caixa de ressonância para os inúmeros e complexos problemas da comunidade; e sendo um parlamentar, um legislador por princípio, não dispõe dos meios executivos para oferecer a solução pronta e eficaz como seria do seu agrado e mais ainda, do desejo e esperança do cidadão que a ele se socorre. Ao conviver com o povo, o Vereador convive mais amíúde com os problemas da cidade seja na área urbana, nos bairros e vilas seja nos distritos e povoados. Com isso o seu trabalho é diuturno e o encaminhamento das questões e dos pedidos mais constantes. Não bastasse isso, pela nossa formação sócio-cultural institucionalizou-se a imagem do Vereador como um assistente social, um papel que o mesmo não sendo legítimo e verdadeiro ele tem que cumprir, sob pena da incompreensão e da crítica gerada pela frustração. Por trabalhar nesse cotidiano falta-lhe tempo para melhorar o seu próprio relacionamento; com isso nem sempre o trânsito e a atenção merecidos lhes são proporcionados para encontrar as soluções que procura para o seu povo, cujos problemas tão bem conhece e com os mesmos sofre e se angustia.

Ao se comemorar o DIA DO VEREADOR, almejamos que seja feito deste dia o momento da compreensão e da gratidão, reconhecendo o inestimável trabalho desse político no atendimento do cidadão de quem é a esperança primeira. Que lhe seja dado o devido reconhecimento, inclusive porque é basicamente a Câmara Municipal a primeira escola política.

REQUERIMENTO N° 2296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos pela passagem do 61° aniversário do município de REBOUÇAS.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, JERONIMO CABRAL PERUSSOLO, ao

vice-Prefeito, Senhor JOÃO HENRIQUE PULMER, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo, recebam e cumprimentem a população de Rebouças, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O território atual do município de Rebouças, antes de sua fundação, pertencia ao município de União da Vitória. A povoação teve início no lugar denominado Butiazal e aproximadamente em 1902 foi transferida para a atual localização, vindo a chamar-se Rio Azul, ficando sob jurisdição do termo de São João do Triunfo, então integrando a comarca de Palmeira.

Entre os anos de 1902 e 1904, quando as pontas de trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (hoje Rede Viação Paraná-Santa Catarina), atingiram as proximidades, Rio Azul, que era distrito, passou a denominar-se Antônio Rebouças, em homenagem ao grande engenheiro brasileiro, orientador dos trabalhos de construção da importante ferrovia, em companhia de seu irmão, André Rebouças, ambos desbravadores dos sertões paranaenses e vultos de destacada projeção da engenharia nacional.

Pela Lei Estadual nº 2.738, de 31 de março de 1930, o distrito foi elevado à categoria de município, conservando a denominação de Antônio Rebouças, judicialmente subordinado ao termo de São João do Triunfo e jurisdição da Comarca de São Mateus do Sul.

Mais tarde, por força do Decreto nº 93, de 18 de junho de 1936, o município foi elevado a termo da comarca, desmembrando-se de São João do Triunfo e passando a integrar a comarca de Irati, mantendo a designação de Antônio Rebouças que conservou até 1943, quando, em virtude de legislação federal que não permitia topônimos iguais, passou a denominar-se simplesmente Rebouças, isso porque um distrito no Estado de São Paulo tivera preferência para a denominação de Antônio Rebouças.

Por Decreto Estadual nº 5.907, de 1º de dezembro de 1937, no governo de Manoel Ribas, Rebouças foi elevada à categoria de comarca de primeira entrância, reestruturada e confirmada nessa categoria, pela Lei Estadual de 14 de setembro de 1948.

Os primeiros moradores do município foram: Lourenço Mourão, Honorato Pinto Ferreira, Coronel José Afonso Vieira Lopes e Domingos da Luz, procedentes do município de Palmeira; e Soares Franco e Coronel Hortêncio de Melo, que vieram do município de Contenda.

O primeiro Prefeito de Rebouças foi ANTONIO FRANCO SOBRINHO, empossado juntamente com a primeira Câmara de Vereadores, no ensejo da instalação da comuna, no dia

21 de setembro de 1930.

Portanto, nesta significativa data, toda a população de Rebouças é credora de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo de trabalho e de dedicação para os demais municípios paranaenses.

A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de Rebouças já conquistou ao longo de seus 61 anos, com respaldo de seus representantes e colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará numa realidade.

Assim sendo, o Poder Legislativo do Paraná, através deste Deputado, presta esta homenagem a toda a população reboucense.

REQUERIMENTO Nº 2299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao jornalista JAIRO A. GUEDES, pela implantação do jornal "ECO CLEVELANDENSE", da cidade de Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao jornalista JAIRO A. GUEDES, para que receba e transmita a todos os colaboradores do ECO este registro.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Somente quem está permanentemente ligado ao nosso interior, conhece as dificuldades para levar adiante empreendimentos que no fundo, são verdadeiros serviços de utilidade pública, sem o fim precípua de lucro.

Assim é com a nossa brava gente da imprensa, que no afã de servir a comunidade, de divulgar e enaltecer os nossos municípios, enfrentam os mais diversos obstáculos. Por isso, é motivo de regozijo quando um grupo de jornalistas idealizadores, superando desafios, alcança suas metas na fundação de um jornal interiorano.

Serve a manifestação desta Casa, como uma homenagem ao idealismo de Jairo A. Guedes e seus companheiros, que acreditam no seu projeto, acreditando também no povo da cidade de Clevelândia.

REQUERIMENTO Nº 2281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Secretário Nacional de Transportes, expediente solicitando o recapeamento da

BR-277, trecho município de Irati à localidade de Relógio.

Tal encaminhamento é de premente necessidade, pois o atual trecho encontra-se intransitável, ocasionando assim, inúmeros acidentes rodoviários, com a conseqüente morte de diversas vítimas.

Outrossim, aquele trecho é de fundamental importância no que tange ao escoamento agrícola da região de Irati, notadamente quanto ao fator econômico.

Sendo assim, este Parlamentar aguarda as devidas providências.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário dos Transportes do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Rodoviária Estadual, no sentido da viabilização de uma linha telefônica para o posto da Polícia Rodoviária na BR-277, no município de Irati.

Tal postulação prende-se ao fato de que não existe naquele posto de Polícia Rodoviária Estadual, qualquer tipo de comunicação através de linha telefônica.

Esclarece, que o antedito Posto de Polícia, é um dos poucos no Paraná que não possui linha telefônica, pois, a necessidade é premente, dado ao grande movimento de veículos que por ali transitam diariamente, com conseqüentes acidentes rodoviários.

A instalação viabilizará e muito o trabalho dos Policiais, facilitando a comunicabilidade com os diversos órgãos, foi o que destacou o 2° Sargento da P.M., Senhor MOACIR MENDES, autor desta iniciativa.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, solicita o envio de expediente ao Senhor HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA, Presidente do conglomerado BANESTADO, solicitando a viabilidade de estudos para a abertura de um posto de atendimento daquele Banco, no distrito de TAMARANA, cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se faz necessário, visto que, aquela comuna representa hoje signi-

ficativo desenvolvimento econômico, especialmente ressaltando o setor agropecuário e destaca-se no cenário paranaense como sendo maior que 120 (cento e vinte) municípios do Estado.

REQUERIMENTO N° 2297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador ROBERTO REQUIÃO, no sentido de determinar estudos junto aos órgãos competentes, para que, na contracapa de todos os cadernos escolares sejam obrigatoriamente inscritos os Hinos Nacional e do Paraná, inclusive para que, a partir do próximo ano, todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná, se façam representar no desfile de 7 de setembro.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Civismo exige esforço contínuo de conversão para os autênticos valores humanos e cristãos. Só com os corações convertidos, poderemos chegar a um denominador comum para que nossas famílias, nossos filhos e netos, vivam realmente num ambiente de civismo.

O homem não é só corpo nem espírito, mas um conjunto harmonioso que se desenvolve e se realiza em três dimensões: humana, intelectual e espiritual, de modo que possa construir a realidade em razão do seu vigor cívico.

Por isso, a formação integral do homem deve envolver estas questões, de maneira que o desenvolvimento intelectual e ambos se completem com o civismo.

E a formação integral do homem supõe uma soma de valores éticos, social, cultural e cívico, que definem como pessoa humana, no convívio com a família e no seu relacionamento com a sociedade.

Mas, infelizmente, a realidade que vemos é bem outra: assistimos na última semana comemorativa à Semana da Pátria, as emissoras de rádio e televisão incentivarem a população para cantar (bem alto), o Hino Nacional, mas como ela pode cantar, se não sabe sequer a letra? Se o governo mandar fazer uma pesquisa em todos os estabelecimentos escolares, será fácil constatar que pouca gente sabe cantar o seu hino da pátria.

Dia consagrado à Pátria, 7 de setembro, traz à população minutos de reflexão.

Se esta é a realidade, nem por isso devemos desanimar. Cuidemos do futuro, apelando ao Senhor Governador ROBERTO REQUIÃO, para determinar providências, inclusive para que a partir do próximo ano, todos os estabelecimentos de ensino do Es-

tado, se façam representar no desfile de 7 de setembro, como antigamente, pois é dever do Estado zelar para que a educação cívica seja a mais abrangente possível.

É pois, imperioso que se use o poder do Governo para que haja o restabelecimento da situação e se aplique os preceitos de civismo, propósito maior da presente petição.

REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições, ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhada sugestão ao Senhor Governador e ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, para utilizar o Centro Hospitalar de Piraquara como área para o início do Projeto do Executivo que beneficie os cidadãos da 3ª idade.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A solicitação prende-se a condição de adaptar uma área já existente (cerca de 10.000 m²), e que atualmente não está sendo utilizada, para uma função nobre, que é a de atender o nosso "velho", aquele que já cumpriu, sob peso do suor e dos anos, parte de seu compromisso com a sociedade.

Esta área, pelas condições que apresenta, imaginamos ideal para ser um Centro, onde o adulto, o Cidadão da 3ª Idade, possa ter um abrigo, um ponto de lazer, de trabalho e de convivência, não só com os seus iguais, mas também com seus amigos, para que possa se sentir respeitado e cidadão.

A preocupação do Governo com o idoso é nobre e deve ser seguida de ações práticas, pois basta do idoso ser tratado como um indigente, um inútil, uma pessoa sem condições de contribuir para a continuidade de sua vida e para a comunidade.

Dar estas condições ao idoso é resgatar sua cidadania, pois suas vidas foram honradas e muito ainda devem produzir e usufruir.

REQUERIMENTO Nº 2285

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais do Poder Legislativo do artigo Política de Educação Científica no Paraná: A favor de quem?, de autoria da professora ARACI ASINELLI DA LUZ, da Universidade Federal do Paraná e Instituto de Educação do Paraná, publicado no "Jornal Indústria e Comércio", no dia 10 de setembro próximo passado.

Que do presente dê-se ciência com cópia do artigo ao Magnífico Reitor da UFPR,

ao Secretário Estadual de Indústria e Comércio, ao Governador do Paraná, aos reitores das Universidades Estaduais do Paraná e, naturalmente, à professora autora do artigo.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Tramita, hoje, na Assembléia Legislativa, Projeto de Lei visando regulamentar o artigo 205 da Constituição Estadual, que vincula a destinação de 2% da receita tributária do Paraná para aplicação em ciência e tecnologia.

Quando a Casa prepara-se para discutir esse assunto de suma importância para o desenvolvimento do Paraná, recebemos com muita oportunidade as palavras coerentes e os argumentos inteligentes da professora Araci Asinelli da Luz, da UFPR e IEP, abordando nossa trajetória e descaminhos em ciência, tecnologia e ensino superior ao longo dos anos.

"Tem-se uma Constituição Estadual que garante a criação de um órgão com representação das comunidades empresarial, científica, trabalhadora e governamental sem maiorias, que deverá gerenciar o percentual destinado ao fundo de C & T. Com a maturidade que lhe é peculiar a comunidade científica buscou consenso entre as partes e propõe-lhe a estrutura da Fundação de Amparo à Pesquisa, o que possibilitaria o equilíbrio, a seriedade e o resgate da dignidade para as questões que envolvem a Ciência e a Tecnologia em todos os seus níveis" - diz a autora do artigo, para depois, brilhantemente, concluir: "será, talvez, o primeiro passo dado para a tão propalada modernidade, mesmo que, no primeiro mundo, há no mínimo 50 anos, já se discute o pós-Moderno."

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 401/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica introduzida no currículo do ensino de 1º grau no Estado do Paraná a disciplina Educação Ambiental, como obrigatória e autônoma.

Parágrafo Único - Caberá aos órgãos da Secretaria de Estado da Educação coordenar a estrutura e programas da disciplina criada, dando ênfase à conservação da natureza e valorização do meio ambiente.

Art. 2º - Fica autorizada a utilização de professores da rede estadual de ensino de qualquer área para ministrar aulas dessa disciplina, após a devida reciclagem.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor 06 (seis) meses após a publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os olhos do mundo estão voltados para a necessidade de preservação da Natureza. O Brasil está dando atenção à conservação de seus recursos naturais. Os homens estão sentindo na pele a importância de manter seu "habitat" natural em condições de bem-estar.

A atual geração adulta da população brasileira não teve na infância e adolescência noções técnicas e sociais a respeito da importância da natureza. Em consequência vem explorando-a irracionalmente com vistas apenas ao progresso econômico.

Com isso, a natureza é destruída, tornando o meio ambiente cada vez mais prejudicial à vida.

A mudança de mentalidade é um processo cultural demorado, o que torna urgente o início de um processo educativo para colher resultados futuros. Nossas atuais crianças precisam ser instruídas e educadas para valorizar a natureza e quando adultas viverem ainda num ambiente salutar.

A legislação superior, através do Conselho Federal de Educação apenas recomenda a introdução dessa disciplina nos currículos. No Estado do Paraná o assunto é tratado apenas entremeado nos programas de outras disciplinas.

A grandeza e a seriedade do assunto exigem seu estudo por uma disciplina obrigatória e autônoma. São necessários uma orientação, metodologia e programas próprios. É necessário que se criem nas escolas pessoas especializadas na educação ambiental.

A Secretaria de Estado da Educação terá condições de coordenar os setores envolvidos e criar condições indispensáveis de pessoal e programas para o ministério dessa importante disciplina.

Facilmente a Secretaria da Educação encontrará professores que há muito tempo lecionam uma só disciplina e que são apreciadores da natureza e sentirão gosto em diversificar suas atividades na nova disciplina.

Por fim, a importância da disciplina Ecologia nas escolas do Paraná está diretamente ligada à importância da própria vida. Não é admissível que o homem por ignorância destrua os seus meios de vida, enquanto busca uma vida melhor e bem-estar que, em suma, são o objetivo e a finalidade das atividades humanas.

PROJETO DE LEI N° 402/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de

JACUTINGA, desmembrado do Município de Ivaiporã, com as seguintes divisas e confrontações:

Inicia na margem esquerda da foz do Rio Formoso e pela margem esquerda do Rio Ivaí, Rio Ivaí abaixo até encontrar as divisas municipais entre Ivaiporã e Jardim Alegre, por esta divisa até encontrar o Ribeirão Pindaúva, incluindo o povoado de Santa Cruz e pela margem direita do Ribeirão citado acima até o povoado Severiano para em linha seca de rumo magnético até a margem esquerda do Rio Formoso na divisa do Distrito de Ariranha, e por esta margem rio abaixo até a sua foz, ponto de partida.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.91

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ivaiporã é um dos mais prósperos do Estado do Paraná.

Entre os seus distritos destacamos Jacutinga, que, criado pela Lei n° 5671, de 19 de outubro de 1967, caracteriza-se por ser um distrito auto suficiente.

É na agricultura que se encontra a principal fonte de renda do Distrito. Contando atualmente com escolas, posto de saúde, igrejas, cartório, casas comerciais, tem toda a estrutura necessária para reivindicar a sua Emancipação Política.

Jacutinga é, desta forma, um distrito não somente capaz de se manter economicamente como também é capaz de estender esta autonomia para a área política.

Além do que, a distância havida entre a sede do Município e a sede do Distrito costuma provocar inúmeras situações difíceis àqueles que residem no Distrito e necessitam de recursos encontrados no Município.

Estas são as razões porque todos aqueles que hoje residem em Jacutinga são uníssomos ao reivindicarem a sua Emancipação Política.

E, ainda, salientamos que todos os requisitos necessários para a criação de um novo município se encontram presentes no caso em tela.

PROJETO DE LEI N° 403/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES VISUAIS DE IBIPORÃ.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.91

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Através desta Proposição pretendemos declarar de Utilidade Pública a APADEVI, de Ibiaporã, pois trata-se de uma Instituição que demonstra, pelo seu relatório, estar, não atendendo aos nobres objetivos para os quais foi criada, mas a cada dia que passa aumentando e melhorando o auxílio àqueles que de alguma forma enfrentam problemas visuais com conseqüências na sua vida.

Como a referida Entidade atende plenamente ao que dispõe a Lei nº 6994/78, e convencidos pela documentação anexa de que realmente presta relevantes serviços à Comunidade, solicitamos o apoio dos nobres Colegas no sentido de aprovarmos a presente iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 404/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA EMMANUEL, com sede e foro na cidade de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Aliadas ao desenvolvimento da doutrina espírita, outras atividades de cunho filantrópico são desenvolvidas pelo "Centro Espírita Emmanuel", que se encontra em plena atividade, conforme relatório e declaração anexos.

Foi fundado em 22 de agosto de 1988, estando sua situação jurídica regularizada no Registro de Títulos e Documentos e MF, conforme atas, estatutos e certificados anexos.

Já foi oportunamente declarado de utilidade pública municipal conforme Lei 1682/90 de 29.06.90.

A exemplo de muitos outros, no País, o Centro Espírita Emmanuel de Bandeirantes, desenvolve atividades filantrópicas mormente no atendimento médico gratuito e na distribuição de cestas alimentares básicas, aliando a isso uma indispensável orientação espiritual e social que visa tirar as pessoas carentes da situação difícil em que se encontram.

Trata-se de uma entidade séria, eivada de bons princípios e dirigida por pessoas dedicadas que gratuitamente dirigem seus trabalhos.

Os recursos para conseguir a realização de suas finalidades são oriundos de doativos e atividades e a declaração de utilidade pública ora pleiteada poderá vir a abrir novos caminhos para facilitar sua

sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrada a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Há poucos dias encaminhei, através desta Casa, um requerimento ao Tribunal de Contas do Estado pedindo uma auditoria no meu município, Foz do Iguaçu. Ouvimos através da televisão, dos meios de comunicação, há poucos dias passados, que cerca de sessenta prefeituras do Estado da Bahia estavam ameaçadas de intervenção pela corrupção dos seus prefeitos. Os prefeitos falsificavam as notas fiscais e estavam desviando o dinheiro público.

Nós sabemos, não podemos generalizar, que muitos prefeitos, uma grande parte, são prefeitos sérios que, realmente, honram os seus cargos. Aqui nesta Casa vários foram prefeitos tanto que é que foram honestos e honraram o mandato que o povo os elegeu Deputados.

Nós sabemos que a corrupção neste País é muito grande, Senhor Presidente e Senhores Deputados, hoje o jornal O Diário Popular, do Paraná traz como notícia "PRORROGAÇÃO NA MÍDIA". "Os comentários em Brasília dão conta de que o grupo que está coordenando o "lobby" pela prorrogação de mandato vai investir 1,8 bilhão de cruzeiros no "lobby" para sustentar a prorrogação de mandato." E diz o seguinte que este dinheiro será levantado dos prefeitos e dos vereadores.

Se já se está denunciando pela imprensa a corrupção nas prefeituras, Senhor Presidente e Senhores Deputados, agora mais esse escândalo, que já é imoral por si só, que é a prorrogação. O povo elegeu para um período de quatro anos, os prefeitos legislando em causa própria através do Congresso Nacional buscam dois anos a mais para ficar no poder. Isto é imoral, e já se fala até que é inconstitucional, porque o povo elegeu para o mandato e se o Congresso assim o fizer nós achamos que isso é ilegítimo, sem falar na corrupção, na desonestidade que campeia neste País.

Já não basta a corrupção no Governo Federal na maioria dos seus órgãos, que o País inteiro denuncia, vem agora, ainda este escândalo maior, que é a prorrogação de mandato.

Eu queria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar registrado nesta Casa para que os Deputados ficassem porque é mais um escândalo que vem desmoralizar, ainda mais, a classe política.

Eu tenho ouvido de alguns prefeitos

sérios, e há poucos dias do Prefeito de Cascavel, cidade próxima a que represento, que desempenha hoje um grande mandato, na verdade a comunidade, o seu município o tem como um grande administrador, sério, competente, disse há poucos dias que se forem prorrogados os mandatos dos prefeitos ele renuncia no dia que terminar os seus quatro anos de mandato porque foi eleito por quatro anos. E nós vimos muitos corruptos, que tem muitos, pedindo para que fique dois anos mais no cargo.

Eu queria trazer aqui a minha preocupação, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque é mais um escândalo, mais uma bomba na cabeça dos políticos se este fato, realmente, for confirmado através do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Geraldo Cartário. (DECLINA).

Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Jornal o Estado do Paraná do dia 07 próximo passado traz a notícia que vinte ex-Deputados beneficiados pelo FEPPA entraram na justiça requerendo a incorporação de mais quatro anos que inseria o fundo por exercer as funções públicas antes de se tornar Deputado.

Os Deputados que assim o requereram na justiça são os seguintes: ex-Deputado Armando Queiroz, Artur de Souza, Arizone Mendes de Araújo, Benedito Pinto Dias, Fabiano Braga Cortes, Francisco Borsari Neto, Fuad Nacli, Gilberto de Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Igo Losso, Jorge Sato, José Mugiatti Filho, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Paulo Poli, Ovídio Franzoni, Quielise Crisóstomo da Silva e Wilson Fortes, conforme escrito no jornal, o advogado que impetrou a ação, Dr. Romeu Bacelar Filho comenta que seus clientes não estão interessados nas questões financeiras, se ganharem a ação cada um vai receber em média cerca de um milhão pelos atrasados, mas sim no problema moral da questão, justamente nós os três Deputados do PT entramos no início do ano com uma ação popular alegando que tais aposentadorias são imorais. Podem até ser consideradas legais pela lei, uma vez que a lei foi feita pelos próprios impetrantes em muitas das ocasiões ou a lei foi feita para favorecer causa própria como é o caso de muitos desses Senhores Deputados e ex-Deputados.

No entendimento do PT, uma lei feita em causa própria é imoral e muito pelo contrário do que diz o advogado desses De-

putados, nós entramos com essa ação popular no início do ano e sabemos que o juiz solicitou da Presidência desta Casa, um parecer a respeito do FEPPA e que gostaríamos que se ele não foi respondido que esse parecer da Mesa Executiva desta Assembléia Legislativa seja feito o mais rápido possível.

Nós entendemos que não só é imoral, mas também ela é ilegal uma vez que o dinheiro sai dos cofres públicos para sustentar uma previdência privada e não uma previdência ligada ao serviço público.

O montante de dinheiro arrecadado da contribuição dos ex-Deputados, somado com o montante de dinheiro de contribuições por parte desta Assembléia Legislativa não cobrirá a aposentadoria de Deputados e ex-Deputados, tendo que o Tesouro Público de investir verbas para que seja coberto.

Isso é ilegal de acordo com a Constituição e principalmente é imoral, bem contrário do que diz o Sr. advogado, portanto esperamos que justiça seja feita e que o juiz que o julgar não dê ganho de causa a esses ex-Deputados e esperamos que o juiz que julgar a ação popular movida pela bancada do PT tenha a isenção máxima possível para que se faça justiça e que se acabe com essa ilegalidade e essa imoralidade que é o FEPPA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós assistimos hoje pela imprensa nacional do Estado, falada, escrita, televisada, o início de uma nova temporada de greves no país. Eu ouvi análise de jornalistas de que a greve dos bancários e dos petroleiros inicia provavelmente uma nova onda de greves em nosso país. A preocupação nos vem quando normalmente se trata os movimentos dos trabalhadores, os movimentos reivindicatórios, como movimentos baderneiros, como movimentos de quebra quebra e assim por diante. Antes que se comece as análises por este lado, eu gostaria de manifestar aqui o nosso apoio, o apoio deste Deputado e da Bancada do Partido dos Trabalhadores à greve dos bancários que se inicia hoje no país inteiro. Nós temos aqui alguns dados de que os bancos nunca deixaram de obter grandes lucros, mesmo em épocas de crise, os bancos e lógico os banqueiros, numa situação de desespero econômico, numa situação de decadência, quando o PIB cai em quase 5% nesse período de Governo Collor, nós assistimos, ou nós vimos a publicação com fontes do Banco Central, os dados dos lucros dos banqueiros neste período de mi-

séria e neste período negro da economia nacional. O Banco Bradesco obtém um lucro de 24,82 bilhões de cruzeiros, no período de janeiro a maio deste ano. O banco do Brasil, que seria um banco para ajudar o país a crescer no seu desenvolvimento econômico e principalmente para ajudar a crescer a produção no país, um banco de incentivo, como foi a sua fundação para o objetivo para o qual ele foi criado, e o Banco do Brasil obtém um lucro, de janeiro a maio, de 24,37 bilhões de cruzeiros, enquanto outros bancos, Banespa 19,4 bilhões, Itaú 15,47, Banco de Crédito Nacional 8,16 bilhões, Bamerindus 7.19 bilhões, Unibanco, 6,85, e assim por diante outros bancos seguem a relação dos lucros bilionários dos banqueiros num período de recessão, de crise, de miséria, de fome em nosso país. Os bancários do Brasil inteiro se organizam e querem fazer aquilo que a classe patronal, que os empresários e o Governo quer, a livre negociação das perdas salariais e neste sentido por que os bancários são uma classe, uma categoria organizada, são uma categoria nacionalmente organizada e exigem a livre negociação, os banqueiros e o governo não aceitam e querem, e os banqueiros exigem a interferência do Governo e do Ministério do Trabalho nas negociações. Ouvia-se falar em alto e bom som que a política da livre negociação é a mais correta para os aumentos salariais, a lei salarial, Mas no momento em que os trabalhadores reivindicam isto e que se mostram uma categoria organizada com condições de negociar as suas perdas salariais, aí a classe patronal não aceita. Só aceita quando, só quer a livre negociação quando se dá isto com as categorias desorganizadas, sem condições, sem peso organizativo para negociar as suas perdas salariais. E sabemos de que o período de setembro de 89 até setembro de 91, os bancários, funcionários de bancos privados tiveram uma perda salarial de 301,19% os bancários do Banco do Brasil e Caixa Econômica, os estatais, tiveram uma perda salarial de 510,14%. E aí se vê as razões pelas quais...

(É-lhe tirado o som)

Para concluir, Sr. Presidente. E aí se vê as razões pelas quais os bancários estão se movimentando em greve nacional para exigir as perdas salariais. E os donos-do-mundo, os donos dos lucros exorbitantes que não vêem os problemas sociais do nosso País acumulam riquezas, acumulam bens, acumulam terras, investem na compra de grandes propriedades rurais expulsando ainda mais os trabalhadores rurais da terra fazendo aí nas suas áreas rurais muitas maracutaias de transferências de renda para acobertar maracutais dos seus exorbitantes lucros. Estas denúncias têm

que ser colocadas a postos e temos que nos preocupar com um todo com o País, com os problemas sociais e não apenas em acumular riquezas, lucros exorbitantes em prejuízo da Nação e do povo brasileiro.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra no Pequeno Expediente Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - "Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

O Paraná, que já foi terra úbere e generosa, está hoje sob indagações que o deixam incerto quanto ao futuro que possa ter.

Os paranaenses de nascimento e os brasileiros que vieram para esta terra, a fim de trabalhar e produzir, não tem hoje a segurança de que o fruto de seus esforços, traduzido no patrimônio pessoal e familiar, seja preservado para si e seus herdeiros.

É que a insegurança jurídica está se instalando na zona rural paranaense, com invasões de propriedades produtivas, por gente armada que chega principalmente de outros Estados, e que desaloja os moradores, meeiros e arrendatários.

A onda de invasões, que já atingiu mais de 30 fazendas e empresas rurais nas principais regiões produtoras do Paraná, agora chega às cidades, com o ciclo de ocupações realizado em Curitiba entre seis e sete de setembro.

Os responsáveis pelas invasões premeditaram a data e os locais para a ocupação, aproveitando-se do fato de que as autoridades e a opinião pública estavam voltadas para as comemorações do Dia da Independência, para agirem na calada da noite.

Eles ocuparam não só áreas públicas - como a projetada FERROVILA na zona Oeste da cidade - mas também terrenos particulares, num movimento orquestrado para atingir seus fins.

Quanto às invasões da propriedade rural produtiva, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná protestou que as autoridades da Polícia Militar estão dando interpretações às sentenças judiciais de reintegração de posse, concedidas nas comarcas, em vez de cumprirem a ordem judicial como é de seu dever.

Também os Sindicatos de Madeireiros do Paraná, expediram mensagem ao Governo do Estado, alertando que há uma "crescente e incontida onda de invasões de terras no Estado". Os empresários do setor lembram que "áreas florestais são invadidas como sendo terra improdutiva, embora as empresas estejam utilizando a matéria-prima

dentro da legislação e obedecendo cronogramas estabelecidos".

Alertando que há "grupos organizados invadindo as áreas rurais e cortando a madeira nelas existente infringindo a legislação florestal e ambiental sem nenhuma punição"; os madeireiros se juntam à Federação da Agricultura para pedir que o Governo cumpra com efetividade as determinações judiciais no sentido de retirar os invasores e promover a reintegração de posse pelos legítimos proprietários.

Em Curitiba o Prefeito Jaime Lerner, usando de firmeza convocou o próprio Governador do Estado para dizer que tinha alertado a Polícia Militar para prevenir as invasões, que acabaram se concretizando sobre oito áreas, uma das quais posteriormente desocupada.

Senhores.

Há um clima de intranquilidade em todo o Paraná.

No Norte Pioneiro, região até aqui imune, as invasões estão levando ao desespero produtores, que além de terem de lutar contra a inconstância do clima, a dificuldade de crédito, a explosão de insumos, ainda se vêem a braços com a necessidade de repelir pessoalmente os grupos organizados de invasores.

Nessa progressão, o Paraná verá desabar de vez sua produção agrícola porque os verdadeiros agricultores se sentem desestimulados pela insegurança que passa a reinar, enquanto nas cidades não haverá mais progresso urbano, porque nenhum incorporador, nenhuma empresa imobiliária terá estímulos para preparar terrenos edificáveis, sob o risco das invasões.

Tudo porque a autoridade estadual - à diferença de outros estados brasileiros - não tem coibido com o rigor exigido pela lei a violação dos direitos das pessoas protegidas pela Constituição.

Por outro lado, antes de concluirmos, é importante salientarmos o fato de que a grande maioria dos invasores é, a bem da verdade, insuflada por aproveitadores que tomam partido do desespero daqueles que sofrem por não terem um pedaço de terra para morar e que em vão acreditaram nas promessas de justiça e nos programas sociais dos governos estadual e federal, sem que no entanto tenham visto solução para este angustiante problema que atinge milhares de brasileiros deliberadamente abandonados ao relento da mais absoluta miséria.

Queremos finalizar alertando as autoridades que a convivência com o delito, pela omissão deliberada ou disfarçada, é um caminho perigoso, que não consulta ao interesse público.

Fazemos votos para que este alerta - por certo expressando os sentimentos da

maioria da população ordeira e trabalhadora deste Estado - haverá de surtir efeitos.

Se não corrigirmos a presente situação, o Paraná corre o risco de se tornar um Estado inviável porque acabaremos por tolher inteiramente a atividade produtiva, comprometendo inclusive a arrecadação da receita pública e impossibilitando a continuidade dos pagamentos ao funcionalismo, a manutenção da máquina governamental e a realização de obras e serviços públicos.

Enfim, será o caos que ninguém deseja!"

(Termina de ler).

O Sr. Ovídio Constantino - (Aparte) - Muito obrigado pelo aparte que V.Exa. me concede, mas eu queria recordar a V.Exa., que juntamente com o problema do cumprimento das ordens judiciais, é necessário que V.Exa. talvez com mais veemência do Governo Federal que é do vosso partido e que tem jogado no lixo o problema da Reforma Agrária no nosso País.

Já denunciei nesta tribuna de que em torno de aproximadamente 10 áreas desapropriadas pelo Governo Sarney, caducaram os processos de desapropriação por descaso do Governo Federal, que hoje não tem e não quer decidir, resolver os problemas agrários do País, especificamente no Paraná.

Nós temos, no Paraná, hoje, dados e informações de que aproximadamente 30 áreas de terras ocupadas e algumas delas já há três, quatro anos, quando os lavradores já estão produzindo, com suas benfeitorias construídas, estão sob ameaça de despejo pelo descumprimento do Governo Federal e do INCRA, em não emitirem os títulos de dívida agrária, em não pagarem as desapropriações realizadas pelo Governo Federal.

O Governo Collor e o INCRA, quer dizer, o INCRA, deliberadamente, por ser obediente ao Governo Federal, declara que não pode fazer nada e não tem condições políticas e não tem condições de decidir, porque não tem ordens de cima.

Portanto, o problema do nosso Paraná está virando um barril de pólvora, está num barril de pólvora. Mas, que o problema é do Paraná, também, mas muito mais do Governo Federal, que não vem fazendo a sua parte para resolver o assunto.

E eu diria que em função das ocupações urbanas e que neste momento deverão ou estão passando pelas ruas de Curitiba, os acampados aqui da Cidade de Curitiba, que estão à procura de um pedacinho de terra para construir ali o seu teto, é fruto desta política de reforma agrária de televisão, de quando o Presidente da República anuncia que desapropria um milhão de hectares de terras, e nós só vemos isso na

televisão.

Grande parte destes problemas levantados por V.Exa. estariam resolvidos se o Governo Federal, que é do vosso partido e que tem a sustentação do vosso partido, cumprisse a sua parte, resolver cumprir sua parte legal de desapropriações de áreas e cumprir a função social da propriedade e a questão da reforma agrária.

Era isso, Senhor Deputado.

Muito obrigado.

O DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu queria anunciar a presença dos Vereadores de Piraquara: Egon Wilhelms, do Partido dos Trabalhadores; Edelmir Duarte, do Partido Democrata Cristão; e Vinícius da Cruz, do Partido Trabalhista Brasileiro, que se encontram na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Eu fui designado pela liderança do meu partido e pela Liderança do Governo desta Casa, para na condição de vice-Líder, Senhor Presidente Anibal Khury - eu pediria a atenção de V.Exa. para o que eu vou narrar aqui.

Na condição de vice-Líder acompanhar os trabalhos da CPI da Saúde, presidida pelo eminente Deputado Florisvaldo Fier, popularmente conhecido como Dr. Rosinha.

Esta Comissão foi constituída através de um Requerimento subscrito por vários Deputados, inclusive pelo Deputado Dr. Rosinha, cujo pedido, em cujo Requerimento, já mencionava o número de Deputados a compor a referida Comissão, em torno de 15 membros.

V.Exa., Deputado Anibal Khury, como Presidente da Assembléia, baixou um Ato sob o número 01 e declarou constituída a referida Comissão Parlamentar de Inquérito composta dos 15 membros referidos no requerimento.

Ontem, Senhor Presidente, compareci pela primeira vez à CPI e tive a grata surpresa de observar que alguns aspectos do Regimento estavam sendo descumpridos, a começar, Senhor Presidente, pela questão do quórum. Que em todo Parlamento do mundo não se abre uma sessão sem que haja um número mínimo de presença! Felizmente com base no argumento dispendido por este Deputado, fundamentado no Artigo 88 do Regimento Interno, que diz textualmente:-

"A hora do início da sessão, verificando-se presença de, no mínimo um terço dos membros da Assembléia, e a CPI é uma Assembléia, o Presidente dizendo:- "Sob a

proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declara aberta a sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da sessão anterior, a qual não havendo restrições será dada como aprovada".

Com base neste Artigo eu pedi ao Presidente, Sr. Rosinha, na sessão de ontem da CPI, porque não tinha um número mínimo de Deputados, já que a sua constituição total é de 15, que ele não prosseguisse os trabalhos, sendo evidente a falta de quórum. Felizmente, naquela oportunidade, S. Exa. agiu de bom-senso e declarou suspensos os trabalhos da CPI, no dia de ontem, por falta evidente de quórum.

No dia de hoje, voltei novamente na condição de vice-Líder do Governo, por indicação do líder Orlando Pessuti, para participar e acompanhar os trabalhos daquela Comissão. Esperei por mais ou menos uma hora, juntamente com Deputados que participam daquela Comissão, e o quórum não chegou! Mesmo assim, S.Exa., atendendo apelos do Deputado Mário Bezerra e do Deputado Rafael Greca, de que o Regimento não deveria ser observado, porque até V.Exa., Deputado Anibal Khury, num determinado momento, disse que: - "Regimento nem sempre é para ser cumprido," segundo eles, e que a sessão então seria iniciada.

Eu, por várias e várias vezes apelei ao Deputado Dr. Rosinha, para que respeitasse um mínimo, um mínimo do Regimento Interno, que é o quórum, o quórum mínimo para abrir os trabalhos! Eu sabia que não ia ter quórum para deliberar, mas o Regimento é claro, quando existe um terço, pelo menos de presença para iniciar os trabalhos. Sempre foi assim aqui na Assembléia e tem sido assim, ao longo dos anos no Congresso Nacional! Eu já fui Relator da CPI, aqui nesta Casa, quando eu era do MDB. Nunca vi tamanha desfaçatez, nunca vi tamanho descaso para como o Parlamentar e o Parlamento como eu vi hoje naquela CPI! Eu já fui Presidente de CPI, no Congresso Nacional, já relatei CPI no Congresso, e nunca vi realizar trabalho de CPI sem que tenha havido a presença mínima de quórum para começar a sessão! Como também nunca vi funcionar CPI sem a presença do Relator!

Senhor Presidente, são fatos como este que me deixaram hoje, confesso a V.Exa. e a essa Casa, indignado, perplexo! Mais uma vez eu diria até envergonhado com o que eu vi hoje na CPI da Saúde! Uma CPI sendo desenvolvida "na marra" como queria o Deputado Mário Bezerra, na marra, não tem Regimento, não há lei, a lei a gente pula por cima dela. Um Parlamentar, um Parlamento chegar a este extremo, realmente o Senhor Presidente não tem mais sentido existir a Assembléia Legislativa a persistir fatos desta natureza.

Eu venho Senhor Presidente ao Grande Expediente indignado, me retirei daquela CPI, cheguei até ser questionado se teria ou não o direito de estar ali, quando Vossa Excelência sabe e a maioria esmagadora de colegas desta Casa também que o Parlamentar tem direito de voz, de discutir em qualquer das comissões desta Casa, permanentes ou temporárias, mesmo não sendo membro da referida comissão; Parlamentar é soberano, porque no Plenário maior ele o é e no menor também. Até isto Senhor Presidente, por conveniências políticas chegou-se a questionar hoje na CPI da Saúde. Indaguei também ao Presidente. Doutor Rosinha, porque as Atas não têm assinaturas, Senhor Presidente, não têm as assinaturas dos membros da CPI, Sua Excelência não soube responder; indaguei também porque nas Atas não constam sequer dos presentes, dos membros da CPI, Sua Excelência também não soube responder. E hoje ele adota uma postura diferentemente daquela que adotou ontem, e Senhor Presidente, se isto continuar acontecendo nesta Casa, hoje nós somos Governo, um dia eu fui oposição, eu não sei o que vai acontecer, o que pode acontecer.

Vejam bem Senhores Deputados que em nenhum momento eu estou questionando aqui o mérito da CPI, CPI existe é para isto, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é um Inquérito Parlamentar, ela tem que inquerir, questionar, investigar e sugerir as providências cabíveis para o Ministério Público; mas ela não pode de forma alguma, autoritariamente, discricionariamente, sectariamente, obcecadamente, ela não pode de maneira alguma jogar o Regimento que esta mesma Casa votou, na lata do lixo. É elementar Senhor Presidente, que o artigo 88 se estende às comissões permanentes ou temporárias. Se isto não bastasse Senhor Presidente, a Constituição do Estado, que todos nós juramos defendê-la e cumpri-la, diz em seu artigo 56: "Salvo disposição constitucional em contrário as deliberações da Assembléia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos presente e maioria absoluta de seus membros". Eu pedi, já que estava sendo derrotado, porque sozinho, apenas com o Regimento nas mãos, ao Presidente Doutor Rosinha que então colocasse, que determinasse a leitura da Ata da Sessão de ontem e da de anteontem, ou da penúltima sessão; até que Sua Excelência estava disposto a fazê-lo, mas foi interrompido pelo Deputado Rafael Greca, que pediu a dispensa da leitura. Mas como dispensa da leitura se não tem quórum para decidir se está dispensado ou não da mesma, tinha apenas três Deputados, não havia como se pedir dispensa de uma leitura sem submeter aquilo, à votação do Plenário. Na sequência eu pedi

que colocassem em discussão a Ata, porque eu queria discuti-la porque eu tenho direito como Deputado; não foi colocado em discussão, pedi que fosse submetido à votação, é claro que não colocou porque não havia quórum. Nós temos, Senhor Presidente, dois grandes momentos numa sessão Plenária, seja ela do plano como agora, ou seja ela das Comissões, de averiguar quórum. O uso é o Presidente, é de plano, a Presidência, notando a evidente falta de quórum não abre os trabalhos, é uma maneira, a outra é um Deputado requerendo e se o Deputado pede e não é ouvido de que maneira que esses trabalhos estão sendo conduzidos? De maneira autoritária e não democrática como eu gostaria de ver praticado aqui nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, eu quero requerer a Vossa Excelência uma Questão de Ordem, saber de Vossa Excelência se se aplica o artigo 88 do Regimento Interno para as Comissões Permanentes e Temporárias da Casa, dependendo da resposta de Vossa Excelência nós teremos um ou outro argumento. Mas, conhecendo Vossa Excelência como conheço, sabendo da sua experiência, do seu alto espírito público, da sua grande vivência parlamentar, eu sei que a sua resposta vai ser a resposta do Regimento.

Uma outra questão, Sr. Presidente! Hoje, diante das minhas inúmeras Questões de Ordem, o Presidente - Dr. Rosinha, chegou a dizer que ele iria diminuir o número dos membros da CPI tendo em vista a evidente falta de quórum, de 15, estava diminuindo porque vários Deputados não se faziam presentes. E o § 3º do artigo 44 do Regimento, diz claramente a respeito dessas questões: "O membro da Comissão que deixar de comparecer a 3 Sessões Ordinárias consecutivas, perderá o lugar, sendo nomeado desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado".

O Deputado Rosinha chegou num determinado momento também a me designar, membro da CPI, como se isso fosse sua competência. Quem designa membro da CPI são os líderes partidários e eu estava ali na condição de vice-Líder procurando defender o cumprimento do Regimento. Se quisesse participar daquela Comissão, teria, o Líder, Orlando Pessuti, de ofício a Vossa Excelência, feito a comunicação.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, são estas informações que eu trago à Casa. Eu apelei de todas as formas para o bom senso do Presidente Rosinha, e eu até diria, que hoje, teve vontade de não instalar a Comissão, mas foi coagido, pressionado, pelos Deputados Mário Bezerra e pelo Deputado Rafael Greca.

Agora isto é ser Parlamentar?

Eu creio que não. Eu sou um democra-

ta, eu sou homem que defendo o regime democrático. Eu acho que ganhar "na marra", pode ganhar uma vez, duas vezes, três vezes mas chega um dia que essas conquistas se transformarão em nada. E eu pensava, com toda franqueza, que o Deputado Rosinha fosse um democrata. Ontem procurei o Líder do PT, Deputado Pudell, discorri a ele essa minha inquietação, essas minhas preocupações, mostrando como é que funciona, nos Parlamentos do mundo inteiro e no Brasil essas Comissões de Inquérito. O Deputado Pudell é um advogado, pensei que tivesse tido o cuidado de levar essas inquietações que nada mais são do que o respeito ao Regimento, ao seu comandado. Mas parece-me que não fez.

Muito me admira o Deputado Rafael Greca, um homem que eu confesso que eu tenho até por ele uma admiração muito grande: Engenheiro, empresário, pretendo candidato a Prefeito de Curitiba um homem indiscutivelmente preparado, culto, simplesmente ter um posicionamento lamentável, de absoluta ignorância, cegueira até, ao Regimento que nos conduz e que nos dirige.

O Deputado Mário Bezerra, este não deixava nem eu falar. Ganhou "no grito" hoje. Esta a grande verdade. É uma outra qualidade do Deputado Mário Bezerra que desconhecia: "ganhar no grito". Como se isto levasse a alguma coisa.

Senhor Presidente, fica aqui o meu questionamento em forma de questão de ordem, para que Vossa Excelência esclareça e informe esta Casa se para iniciar os trabalhos das comissões permanentes, ou temporárias, aplica-se o disposto do Artigo 88 ou não. Porque na Comissão de Constituição e Justiça o Deputado Colombino Grassano nunca abriu a sessão sem que houvesse pelo menos o quórum mínimo para tal.

E é a Comissão de Constituição e Justiça.

Nas outras comissões, se elas por acaso funcionarem, ou estiverem funcionando em desacordo com o Regimento, temos que combater isto. Temos que ser realmente defensores deste ordenamento. Que seria de uma sociedade se não houvesse as leis, os códigos, os regulamentos, a Constituição? Para que adianta Constituição então, como lei geradora de todas as leis? A matriz das leis? Para que ficar dois anos, um ano e meio, oito meses, discutindo capítulos, parágrafos, incisos, artigos de uma Constituição, de um Regimento, para depois ser desmoralizado por meros interesses políticos e até pessoais.

Não tenho nada e nem o Governo a esconder. Se alguma irregularidade houver, ou se houve, que seja apurada. Mas apurada em estrita observância ao que diz o Regimento desta Casa.

Eram estas as considerações que queria

fazer em nome da dignidade deste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita de Vossa Excelência que encaminhe questão de ordem por escrito, juntamente com as notas taquigráficas do que Vossa Excelência acabou de falar e a Mesa vai decidir.

Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PSB.

(Declina)

PSDB.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Cedo o horário do PSDB à Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço ao nobre Líder do PSDB nesta Casa pela cessão do horário da Liderança.

Minha falação hoje vai em homenagem a todas as vítimas do levante dos colonos de 1957 no Sudoeste do Paraná. Vai em homenagem a todos aqueles que tombaram na defesa do direito à terra para produzir, que os grileiros de outrora tentavam tomar dos colonos da região do Deputado que me antecedeu nesta tribuna.

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. Não pude ficar calado ao ouvir recentemente pronunciamento, nesta tribuna, de um Deputado que invocava diversos apelos publicados por entidades de classe no Paraná, entidades patronais e que fazia coro aqueles que exigem, do Governo do Estado do Paraná, o uso de força policial para coibir as ocupações de terras no nosso Estado.

Ouvi falar no sagrado direito da propriedade. Ouvimos falar no patrimônio, na herança, na produção. Porém, nenhuma palavra sequer que falasse destes milhões de paranaenses que hoje se comparam aos refugiados dos campos de batalha, desses verdadeiros exilados em sua própria pátria, que se recusam a morrer em favelas, que se recusam a criar os seus filhos como marginais e que buscam um pedaço de chão para plantar, alimentar os seus e alimentar essa pátria. Nenhuma palavra, nenhuma palavra que exigisse que a história deste estado se levantasse para fazer justiça àqueles que hoje estão nas favelas, que estão na periferia das cidades, que estão abandonados, à beira das rodovias.

É lamentável perceber, Senhores Deputados, que neste momento em que todas as pessoas lúcidas deste País sabem que os conflitos pela posse da terra neste Estado são a vingança da história, a vingança que

é inevitável e será inevitável, independente do uso de força policial. Por quê? Porque no passado ganharam as terras aqueles que eram amigos do rei com seus títulos na mão, com seus exércitos de jagunços, chacinaram famílias de pequenos proprietários pelo Estado afora. Esses que ainda resistiram foram vítimas de um modelo agrícola que privilegiou o grande latifúndio, que utilizou do sistema da agricultura extensiva e mecanizada com fartos créditos subsidiados para produzir cereais para exportação e fazer a maior concentração fundiária que este Estado já teve notícia. Dos quinhentos mil pequenos produtores, hoje temos menos que duzentos mil porque os grandes foram beneficiados por um modelo econômico por créditos fartos e subsidiados.

Não vi aqui ninguém falar das fraudes do PROAGRO! Não vi aqui ninguém falar das fraudes do dinheiro subsidiado utilizado pelos reflorestamentos nesse País afora! Não vi aqui ninguém mencionar o trabalho escuso, rapace e traiçoeiro que foi praticado neste País ao longo dos últimos anos no gabinete do INCRA em Brasília para impedir que a reforma agrária saísse do papel. Não vi aqui ninguém levantar exigindo a regulamentação da política de reforma agrária neste País! Não vi, Senhores Deputados, aqui ninguém falar de justiça! Até parece que aqueles que hoje falam aqui se esquecem que ajudaram a colocar na Presidência da República um cidadão que se dizia protetor dos descamisados, que iria fazer a reforma agrária neste País, que iria assentar um milhão e quatrocentos mil famílias. A última que fez de uma desapropriação para fins de reforma agrária, merece até um esclarecimento aqui nesta Casa.

Quatrocentos e cinquenta mil hectares no Mato Grosso do Norte estavam sendo desapropriados e seriam pagos com títulos da reforma agrária. Apenas um pequeno detalhe, esses quatrocentos e cinquenta mil hectares foram doados pelo Governo do Mato Grosso para um programa de colonização que não estava se realizando e, portanto, as terras tinham que voltar à posse, ao domínio do Governo do Estado do Mato Grosso. Entretanto, o Governo Collor estava prestes a desapropriar, indenizar uma área que foi ganha, gratuitamente, por um grande grupo agroindustrial deste Estado.

Nós estamos vendo o INCRA, que é o órgão encarregado de promover a reforma agrária neste Estado, absolutamente omissos, quietos, calados. Quem cobrou isso? Quem cobrou a reforma agrária? Agora, querem jogar nas costas do Governo do Paraná a responsabilidade de fazer o papel sujo, o papel do jagunço de expulsar homens e mulheres sem terra que buscam um pedaço de

chão porque se recusam a virar marginais. Dêem o direito ao nosso Estado de resolver essa questão social de uma forma muitas vezes pacífica o ordeira e aí poderão vir aqui nessa tribuna cobrar o papel de carrasco do Governo do Estado.

Então eu quero aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados manifestar o meu desagrado por esta posição, esses que pensam que vão resolver problemas sociais com polícias estão enganados, sempre que isso se fez na história da humanidade foi o estopim do início das grandes revoluções civis. Porque aqui ninguém falou das milícias armadas que estão se formando no Estado do Paraná, não se exige providências ou será que se esqueceu que a guarda nacional dos coronéis já foi extinta em nosso País. Esqueceram-se que o Estado tem o monopólio das armas que a ninguém é dado o direito de fazer justiça com as próprias mãos.

Então eu quero aqui para finalizar dizer, que eu espero que o Governo do Estado do Paraná permaneça na linha que está, que tenha sensibilidade e eu tenho certeza que o Governo sabe que a utilização de força policial para cumprir ordens de despejo de juizes que se baseiam no Código Civil de 1916 e que sequer se deram ao trabalho de interpretar a Constituição Federal que estabelece a função social produtiva da terra e eu tenho certeza de que pelo menos um poder deste Estado há que resistir à cantilena dos reacionários, daqueles que gostam de falar do patrimônio, das heranças e se esquecem da vida e da justiça. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra.

(Declina).

PTB, com a palavra, o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Dirijo-me particularmente, ao vice-Líder do Governo, futuro Secretário de Segurança, para dizer a ele que no ponto de vista dele, ele está correto, mas no meu ponto de vista está incorreto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, pasmo hoje, ao pegar o "Jornal do Estado" e ler uma reportagem ilustrada com fotografia, onde o Deputado José Tavares tece críticas veementes a CPI da Saúde da qual eu faço parte. Diz assim a reportagem: (Lê)

"CPI DA SAÚDE PODERÁ SER ANULADA

Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, montada para investigar as denúncias de malversação de verbas públicas na Secretaria de Saúde do governo anterior, poderá ser encerrada antes mesmo de obter

qualquer resultado. Segundo o vice-Líder do governo na Assembleia Legislativa, José Tavares (PMDB), ela vem conduzindo os trabalhos de maneira irregular, o que compromete o resultado. "O presidente da comissão, Deputado Florisvaldo Fier (Doutor Rosinha) não está observando detalhes importantes como por exemplo o quórum das reuniões", afirmou.

Para José Tavares, esta atitude da Bancada do Governo não visa impedir que os fatos sejam apurados. "Não quero encobrir nenhuma mutreta, se é que houve". A CPI tem que andar conforme o Regimento Interno para que mais tarde os resultados não sejam questionados", justificou.

José Tavares disse que para abrir uma sessão pública como é o caso de uma CPI, é necessário a presença de no mínimo um terço da comissão composta por 15 parlamentares. "Ontem na sessão que iria ouvir dois funcionários da Secretaria de Saúde, só tinham três parlamentares, incluindo o presidente da CPI. Para abrir os trabalhos seria necessário cinco parlamentares. Para ter caráter deliberativo seria necessário a maioria da comissão", explicou. Estiveram ontem na sessão os Deputados Florisvaldo Fier (PT), Mário Bezerra Guimarães (PTB) e Emília Belinati (PTB).

Outra irregularidade apontada pelo vice-Líder do Governo é a ausência se relator da comissão durante a sessão. "Isso não existe. No Congresso Nacional uma comissão não abre se o relator não estiver presente. Se eu não argumento, a sessão de ontem iria ouvir os dois funcionários sem o quórum e o que é pior, sem a presença do relator". O relator da CPI da Saúde é o Deputado Lourenço Fregonesse (PRN).

O vice-Líder do Governo afirmou ainda que na realidade o presidente da comissão, Florisvaldo Fier, não é presidente. "Não houve votação. Não tem sequer ata de votação. Portanto, não pode ter presidente".

ATITUDE

A atitude da liderança do Governo agora será de tentar uma solução negociada. "Como está não pode ficar", afirmou José Tavares. O parlamentar disse que vai conversar com os membros da CPI e com as lideranças dos partidos para discutir e tentar uma solução. O vice-Líder afirmou que a CPI poderá ser totalmente anulada, "Todos os depoimentos foram feitos em vão". O procedimento agora poderá ser o de elaborar um projeto de lei para que a CPI seja anulada.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Termina de ler).

Parte do que está contido na reportagem. Eu quero dizer ao nobre Líder que o respeito muito pela experiência política que ele tem, que ele está redondamente equivocado. Três Deputados estavam presen-

tes. Não tinha caráter deliberativo a sessão da CPI. Tinha quatro Deputados presentes. Ou o vice-Líder do Governo pensa que os Deputados que não compõem a Bancada do Governo são idiotas e são palhaços. Gostaria de dizer ao vice-Líder do Governo que ele estaria contribuindo para equacionar os problemas existentes na Secretaria da Saúde passada, esclarecer à opinião pública do Paraná, se ele fizesse parte da CPI, e ao mesmo tempo estimulasse os Deputados da Bancada do Governo a comparecer e dar quórum naquelas sessões, mas o que faz o vice-Líder do Governo? Pensa que os Deputados são idiotas. Desconvoça por telefone e diz para ninguém comparecer na CPI, para esvaziar a CPI da corrupção do Governo Álvaro Dias. Eu tenho uma promessa com o povo da minha região de Cianorte. A época em que foi realizada a CPI aqui na Assembleia e que caiu no vazio, eu dizia a eles: Se eu for Deputado, participo de uma Comissão dessas, nem que seja o único Deputado a dar um Parecer para que a opinião pública respeite uma CPI, eu o serei, até à força se preciso for, porque o Regimento desta Casa e as leis existentes aqui favorecem muitas vezes o Governo, passam por cima da lei, mas quando tem que obedecer a lei e alguma coisa possa acontecer ao Governo, o que se faz? Interpreta a lei de modo diferente. Ora, Senhores Deputados, o que interessa na realidade? É a forma ou o conteúdo? Dizia Rafael Greca hoje. Para mim, interessa o conteúdo. Quando uma Comissão não tem caráter deliberativo pode se ouvir as pessoas que são requisitadas para depor nessa CPI. Fiquei pasmado com as posições do Deputado Tavares. Seria muito interessante que ele fosse à imprensa e falasse a verdade: que não interessa ao PMDB o levantamento da questão, que não interessa ao PMDB dizer que os grandes responsáveis por aquele problema havido nas concorrências 004 e 005 do ano passado recaem sobre as costas de Álvaro Dias e Wagner Pacheco. Apanharam quatro ou cinco bodes expiatórios, que ganham de 60 a 70 mil cruzeiros na Secretaria da Saúde para dizer que fazem parte de quadrilha. Ora, Senhores Deputados, a verdade tarda mas não falha, e eu não posso me calar, hoje, sinceramente, pressionei o presidente da Comissão a levar avante o trabalho da Comissão porque se nós formos esperar pela vontade do Deputado Tavares, do Senhor Requião, do Senhor Álvaro, nunca teremos respostas às nossas questões.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte, Senhor Deputado?

O SR. MÁRIO BEZERRA - Não concedo.

O Sr. Orlando Pessuti - Que democracia,

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, estou com o Deputado Rosinha nesta questão, independentemente de cor partidária e estou com Rafael Greca, e solicito ao Líder e vice-Líder do Governo que contribuam para a verdade, para que o Paraná possa saber quem foram os responsáveis pela tentativa de fraude e do roubo do dinheiro público. Quem foram? Fiquei penalizado com depoimentos de algumas pessoas da Secretaria. Fiquei. Choraram perante a Comissão. Quantas famílias ficaram noites sem dormir, porque os pais das famílias foram acusados por aqueles que arquitetaram toda essa trama e depois se joga nas costas do subordinado. É muito fácil o general comandar a batalha, mas ao invés de ir à batalha, manda os soldados para serem sacrificados. É o que está acontecendo aqui, mas não podemos admitir que tamanha barbaridade siga avante. Os Deputados têm a obrigação de, acima de tudo, livrar a honra daqueles que estão sendo acusados injustamente. E o Deputado Bezerra, se preciso for, vai brigar para que esta Comissão chegue ao seu final.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - O Deputado Bezerra intitula-se como o todo poderoso do Poder Legislativo Estadual. Pretende ele, no seu rompanete na tribuna da Assembléia Legislativa, ditar normas de comportamentos aos Deputados com assento nesta Casa. Não interessando se isto fere o Regimento ou se isto fere a Constituição do Estado. O PMDB, Deputado Bezerra, tem sim interesse em ver esclarecidos todos esses fatos que determinaram a constituição da CPI da Saúde; tanto tem que, na Legislatura passada, sob a Presidência do Deputado Haroldo Ferreira, participou o PMDB, dentro do que estabelece o Regimento, da CPI que chegou ao seu final com relatório aprovado por aquela Comissão e por este Plenário.

Posteriormente, também houve CPI atinente à Secretaria da Saúde, presidida pelo Deputado Algaci Túlio, o PMDB se fez presente e participou das reuniões e das deliberações.

Não pode Vossa Excelência, Deputado, na maneira como se comportou na tribuna, dizer que vai fazer com que as coisas aconteçam "na marra".

Vossa Excelência não é um condutor de

O SR. MÁRIO BEZERRA - Pela Ordem...

(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos).

Vossa Excelência não mencionou a Questão de Ordem que foi violada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PT com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No primeiro semestre deste ano, recebi em mãos, denúncias de corrupção na Secretaria Estadual de Saúde. Como Deputado recém-eleito fiz o que devia, pedi uma CPI da Saúde, diga-se de passagem, a terceira.

Esta CPI foi instalada com Ata, com votação da qual fui eleito o Presidente e o Deputado Lourenço Fregonesse, o Relator, ao contrário do que diz o Deputado José Tavares para a imprensa que hoje ele admitiu que aquilo que a imprensa havia escrito ele não tinha dito.

Nós temos, como Presidente da CPI, nos pautado dentro do Regimento Interno desta Casa. No entender da nossa assessoria, em nenhum momento, o Regimento Interno desta Casa foi desrespeitado. As leis existem, assim como existem os advogados que as interpretam, cada um à sua maneira. Por isso, existem os advogados para defenderem determinadas ações ou para acusações. E a mesma coisa quanto ao Regimento Interno desta Casa, onde pode existir mais do que uma interpretação. E na reunião da Comissão de hoje comuniquei aos Deputados presentes, inclusive ao Deputado vice-Líder do PMDB, Deputado José Tavares, que faremos uma consulta à Assessoria Técnica desta Casa, dispensando a consulta feita da tribuna pelo Deputado José Tavares, porque ele já sabia de antemão que faríamos a consulta.

Como Presidente desta CPI, tenho me calado quando interpelado quem são os acusados de corrupção ou de tentativa de corrupção ou de fraude. Porque quero conduzi-la dentro do mais linear direito onde todos possam se defender. Onde tudo fique claro, independente da questão política pessoal, partidária como quer dar a entender a Bancada do PMDB de que nós estamos "a priori" incriminando algumas pessoas.

Essa CPI, se não está funcionando como deseja, o PMDB e a bancada de sustentação do Governo Roberto Requião, é por uma única responsabilidade dos Deputados do PMDB, principalmente aqueles que fazem parte da Comissão, que se ausentam deliberadamente para não ouvir ninguém, porque não querem

ouvir o que lá é dito.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte nobre Deputado?

O SR. DR. ROSINHA - E são os Deputados Edson Lino, Deputado Kielse, Deputado Afonso, Deputado Nilton Barbosa.

Concedo-lhe um aparte no momento oportuno Deputado.

Nós queremos dizer que o discurso do Governador Roberto Requião e da Bancada do PMDB de que apurar fraudes, é lá em São Paulo, porque as fraudes daqui ele não deseja sejam apuradas. Porque se desejasse, esses Deputados não ficariam ausentes daquela Comissão, esses Deputados estariam em todas, seriam os primeiros a estarem lá sentados às 9 horas da manhã, quando fossem convocados; e não o fazem porque não desejam que chegue a lugar nenhum, porque temem o resultado que se possa chegar; os responsáveis são esses quatro Deputados que eu citei, mais os Deputados que fazem parte da bancada de sustentação do Senhor Governador.

Em nenhum momento, nenhum desses Deputados mandou justificativa por escrito, dizendo porque estava ausente. E isso nós sempre desejamos que fosse feito. Nós queremos aqui desse plenário, cobrar a responsabilidade...

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Qual o Artigo que Vossa Excelência se refere.

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO - Indicação Pessoal.

Eu acho que o Dr. Rosinha...

O DR. ROSINHA - Eu não estou concedendo aparte.

Eu quero dizer que Deputados que desejam a conclusão, que não tenham medo da verdade, que não se sintam acuados compareçam a essa CPI. Não existe razão para não comparecer, porque foram inúmeras as vezes, das quais como Presidente convoquei por escrito em todos os gabinetes e convoquei nesta plenária, o que significa que temem um resultado e não querem conclusão, porque sabem, independente de quem seja o culpado, sabe que há culpa dos envolvidos, que há indivíduos envolvidos, há cidadãos que tentaram e não conseguiram a corrupção por enquanto, e provavelmente ainda conseguirão, considerando ela como legal, pelo que se foram anuladas essas concorrências.

Nós queremos dizer, que queremos, acima de tudo, um compromisso com a verdade, com a probidade. Esse compromisso e essa verdade...

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO - Artigo 243 Presidente. Procedê?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não procede porque Vossa Excelência não foi acusado.

O SR. CLEITON KIELSE - Mas foi citado ofensa... pode pedir ao Presidente da Assembléia ou de Comissão, que mande apurar a veracidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não entende que Vossa Excelência tenha sido atingido.

O SR. CLEITON KIELSE - Sim, porque foi citado o meu nome.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Esse compromisso com a verdade e com a probidade é o que o PMDB nesta Casa não deseja.

E como o PMDB é a Bancada de sustentação...

O compromisso com a verdade e as conclusões dos trabalhos, a probidade é que a Bancada de sustentação do Governo - convocado por escrito, por telefone, não quis lá comparecer e muito provavelmente sob a orientação do Líder e vice-Líder do PMDB.

Nós gostaríamos muito, mas muito mesmo, que o Líder Orlando Pessuti e o vice-Líder José Tavares - o esforço que eles têm feito para que a Comissão não funcione - que eles façam este esforço para que a Comissão passe a funcionar, para que a Comissão conclua os trabalhos! E não tenham medo da verdade, sob a alegação...

Para concluir, Senhor Presidente.

E não tenham medo da verdade. Na verdade, estão desrespeitando o Regimento Interno! Esta consulta nós faremos à Mesa, na qualidade de Presidente da CPI! Mais, muito mais do que podemos constatar!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o seu tempo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concede-me um aparte?

Lamentavelmente, não deu tempo. É lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do Partido Democrático Trabalhista, concedemos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Não pretendia eu entrar no mesmo assunto, para não colocar mais "lenha na fogueira". Mas, o Deputado Bezerra citou que a CPI anterior, desta Casa, não deu em nada.

Devo esclarecer que foi, talvez, uma das únicas CPI's instaladas nesta Casa que chegou ao seu final e chegou com resultado: a CPI da Saúde, que teve o orgulho de presidir, e o que é mais importante dizer: durante o período eleitoral. E, naquela ocasião, o PMDB nunca questionou a existência ou não de "quorum". E foi uma CPI "tocada" com três, quatro Deputados. Sem o "quorum". Mas, chegou ao seu final, porque nós tínhamos que dar uma resposta à sociedade, em razão das inúmeras denúncias que ocorriam. Na época, Secretário da Saúde, Manoel Antônio de Almeida Neto, popular "Maneco".

Pois bem. A CPI chegou ao seu final, com o relatório que foi aprovado pelo Plenário desta Assembléia, que foi encaminhado pessoalmente por este Parlamentar ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Corregedor da Justiça, e também entregue a estas quatro autoridades, o relatório.

Além do que, paralelamente, corria inquérito policial na Polícia Federal. Aliás, dois inquéritos policiais, que devem ter chegado ao seu final agora, ou então deve este final estar próximo.

Portanto, a CPI concluiu. E eu vou ler, aqui, apenas o trecho final.

(Lê):

"Não há como negar, não há como omitirmos, o Doutor Manoel Antônio de Almeida Neto foi indiciado pela Polícia Federal como autor de crime de peculato, face a esmagadora prova documental e depoimentos ali prestados, muitos dos quais reproduzidos perante a esta Comissão.

O crime cometido o foi graças à investidura em cargo da mais alta importância na Administração Direta do Estado e foi este e sua população, principalmente a de mais baixa renda, que mais depende da assistência médica e hospitalar gratuitas, os maiores lesados por sua administração viciada e desastrosa.

Nestas condições, o Paraná, os seus homens públicos que ainda acreditam na decência e na lisura no trato da coisa pública, não podem se omitir.

Paralelamente ao processo que ocorre a nível federal, nos termos do disposto no § 3º, do art. 62, da Constituição Estadual, concluímos pelo envio dos autos desta Comissão ao Ministério Público, com cópia ao Tribunal de Contas do Estado, que são, doravante, as autoridades competentes para resgatar a credibilidade da Administração Pública em nosso Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.91.

(aa) ALGACI TÚLIO

Presidente

HAROLDO FERREIRA

Relator"

(Termina de ler)

Assinada por este Deputado Presidente e pelo relator, Deputado Haroldo Ferreira.

Então, para deixar bem claro que a nossa CPI da Saúde foi até o final.

No final desta CPI nós recebíamos já as denúncias que o Deputado Rosinha recebeu. Na época, ocupando já o cargo, como novo Secretário, o Doutor Sebastião Pimentel, e quando recebíamos estas denúncias, fazíamos um ofício à Mesa, aprovado pelo Plenário, da convocação do Secretário Sebastião Pimentel a vir depor perante esta Assembléia.

No dia seguinte, o Senhor Secretário teve um problema de saúde, em Londrina, ficou internado por mais de 10 dias e na sequência terminava a nossa legislatura e não poderíamos dar sequência a essas verificações. Por isso se formou esta nova CPI e eu, na condição de vice-Presidente, Senhor Presidente, instalei dentro do reglamento, dentro do Regimento Interno que esta Casa exige.

Tem o aparte o Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Senhor Deputado, Senhores Deputados, Senhor Presidente.

Na verdade, a polêmica do dia de hoje, levantada pelo vice-Líder do Governo, se baseia no "quorum" mínimo de um terço de um colegiado para qualquer audiência do Parlamento, coisa que se refere o art. 88 do nosso Regimento Interno, para as sessões Plenárias.

Não me parece que para coleta de depoimentos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, seja necessário um "quorum" mínimo, porque não há no Regimento qualquer alusão a este "quorum" mínimo.

Agora, o mesmo Governo que amanhã vai com fanfarra eletrônica nacional à CPI da corrupção do Senado, vai o Governo, embaixado amanhã, à CPI da corrupção do Senado, manda um corifeu seu à CPI da corrupção da Saúde do Paraná! Será um pau de dois bicos? Cutuca-se a corrupção a nível nacional e com a mesma mão se afaga a corrupção no cenário do Paraná? Ou será que só o remendo na calça do vizinho é que deita escândalo e pesa? E o remendo na nossa traseira não pesa?

Lembra isso a postura dos fariseus, condenados por Nosso Senhor, no Evangelho, quando Ele disse: "Olham o cisco no olho do vizinho, mas não são capazes de perceber, cegos, imorais, a trave de condenação que lhes pende do pescoço."

Na verdade, eu sei que o nosso futuro Secretário da Segurança é um homem honrado e com certeza, Sua Excelência ouvirá todos os inquéritos e largará mão dessa exigência de "quorum"! Afinal de contas, o Deputado Tavares é um homem honrado, e até

prova em contrário, o Governador dos paranaenses, que amanhã, com barão e pregão, vai à CPI da corrupção do Senado, precisa de tambores fortes soando aqui no Paraná. falando da sua honorabilidade! Senão, como vamos pedir ao Senado que escute o Governador, se aqui nós temos farto estoque de panos quentes, inclusive com base em artigos que no nosso Regimento não há, para tentar abafar o que vai errado no nosso quintal?

Na qualidade de paranaense, eu insisti com o Doutor Rosinha, que a CPI de hoje ouvisse as testemunhas! De mais a mais, um Deputado já bastava para colher informações para trazer a este Plenário. Quatro Deputados cinco, com o Deputado Tavares - que fazia que não queria ouvir - mais o Deputado Basílio Zanusso, que lá esteve éramos seis, tínhamos todo direito, toda razão e até o dever, até para defender o nosso ex-colega, Deputado Federal José Felinto, ou o Governador Álvaro Dias ou o Senhor Wagner Pacheco, das acusações que pesam sobre eles! Tínhamos que ouvir as pessoas! O que não dá, é para fazer o jogo do abafar do esconder, porque senão o nosso Governador não pode discursar no Senado amanhã.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para concluir Senhor Presidente.

Quero crer que, não quero acreditar que a Bancada do PMDB não deseje esclarecimento com relação às denúncias de possíveis irregularidades; e eu quero também acreditar que deverá a Bancada do PMDB se fazer presente às sessões, para que esta Comissão chegue também ao seu final e aponte, se houveram irregularidades ou não, e aqueles envolvidos que realmente sejam punidos, conforme concluiu a nossa CPI do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando licença no prazo de 40 (quarenta) dias para tratamento de saúde. Aprovado.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 12 do corrente mês, tendo em vista que será homenageado pela Confederação Nacional dos Delegados de Polícia de Carreira, na Cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a anuir na doação e utilização de área do imóvel que especifica, destacada de área maior doada ao município de Campo Largo, conforme a Lei nº 7.335 de 16.06.80, para construção de um Centro de Formação Profissional e Técnico de Cerâmica e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 045/91, de autoria do Deputado Anibal Khury altera a redação do artigo 1º da Resolução nº 004/90 que autorizou a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Retirado pelo autor para a próxima segunda-feira.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar para agradecer a sua atenção em relação a retirada do projeto de sua autoria em nome do Vice-Prefeito de Piraquara, Ronil Ribas, dos Vereadores João Costa, que é o Presidente da Câmara, Osnei Simões, João Guilherme, Edelmir Duarte, Vinicius da Luz, o Vereador Gilmar Santos, Egon Wilhelms, Aparecido Mendes, Dorival Farias e Ulices Costas, que estiveram aqui na Assembléia presenciando a Sessão e saem daqui agradecidos pela sua atenção, esperando que o IBGE verifique a nova situação com relação a modificação da divisão do Município.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES da Vila Santana e Barreto, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa-Paraná. Com PARECER

FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 18 de 13.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 59/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Djalma de Almeida César, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA SANTANA E BARRETO", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Encontra-se o projeto instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei n° 8.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, inexistindo, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 266/91, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre a criação do Fundo Estadual de Saúde - FES e dá outras providências. Sem PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA (Publ. no D.A. n° 77 de 25.06.91)

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o cancelamento do regime de urgência e o adiamento da discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 266/91. Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para encaminhar) - Nós do Partido dos Trabalhadores apresentamos o referido Projeto já no primeiro semestre. Esse Projeto de Lei sobre o Conselho Estadual de Saúde e sobre o Fundo Estadual de Saúde, é um Projeto que vem legalizar a questão do Conselho Estadual no Paraná. A Lei 8.080 estabelece a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde, antes disso a própria Constituição brasileira já o faz. A Lei 8.142, que é complementar do Sistema Único de Saúde, estabelece a formação do conselho a nível Federal e dita algumas das regras para os Conselhos Estaduais e Municipais do nosso País. Esse nosso Projeto, visa simplesmente a complementar o já estabelecido na Constituição Federal e nas Leis 8080 e 8142 do Sistema Único de Saúde. Tal Projeto, se o Líder do PMDB soli-

cita o adiamento dele no sentido de que o Conselho Estadual de Saúde e o Fundo Estadual de Saúde sejam estabelecidos pela Conferência Estadual de Saúde, marcada para 07.08 e 09 de outubro, a Bancada do PT concorda plenamente, se vier nesse sentido, de que a Conferência Estadual defina objetivos e o que deve regulamentar a respeito do conselho e quem deve compor esse conselho. Se não for nesse sentido, entendemos que a retirada é prejudicial ao sistema de saúde do Estado do Paraná.

Por que prejudicial? O próprio Ministério da Saúde através da Lei 8080 e da Lei 8142, estabelece os critérios de repasse de dinheiro para o Estado. Uma das exigências é a criação do Conselho Estadual de Saúde que deve ser feito por Lei e não por decreto. Isto já existe em resoluções do próprio Ministério da Saúde e ainda o Ministério estabelece quem deve fazer parte desses conselhos e quem não deve, como por exemplo: não deve estar presente representantes das Casas Legislativas se for a nível de município - vereadores, se for a nível de Estado - Deputados. Estabelece ainda que a liberação de verbas do governo federal só será feita com a constituição também do Fundo Estadual de Saúde que é o que nós propomos. Também estabelece o programa orçamentário e outros detalhes que podemos deixar de argumentar inclusive nesse momento, mas, se for necessário, para convencimento da bancada de sustentação do governo, o faremos.

Então a nossa intenção é única e exclusivamente a de regularização do sistema de saúde do Estado do Paraná, até para que o Estado possa se inserir no Sistema Único de Saúde e inserir-se legalmente e a partir daí passar a receber os financiamentos que é devido ao Estado.

Então, interpelo o Líder do PMDB, se a retirada desse Projeto visa com que se aprofunde o debate na Conferência Estadual de Saúde e que a partir desse debate se defina as atribuições do Conselho, objetivos do Conselho, constituição do Conselho e do Fundo Estadual de Saúde a Bancada do PT concorda. Em outro sentido conclamamos os Srs. Deputados a votar favorável ao Projeto para que possamos agilizar o SUS no Estado.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) -

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Com a palavra o Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, independente da interpelação do Deputado Fier, nós queremos anunciar a esta Casa que as razões que nos levaram a requerer o fim do regime de urgência, a re-

tirada por cinco Sessões do Projeto de Lei 266/91, é para que possamos melhor avaliar esse Projeto de Lei.

Veja, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que através do Decreto 703 do dia 9 de setembro, Sua Excelência o Governador instituiu o Conselho Estadual de Saúde, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscal. É evidente que o texto constitucional estabelece que o mesmo deva ser elaborado através de Lei desta Casa. Mas é evidente também que nós temos uma manifestação do governo, uma intenção do governo com relação ao assunto e que foi ela manifestada através do Decreto 703 de 9 de setembro último.

Por essa razão nós entendemos que seria de bom senso a esse Parlamento, que retirássemos o Projeto e estamos pedindo apenas por cinco sessões, para que nós pudéssemos, nesse período, buscar através do entendimento, através de uma reunião com as entidades interessadas e com o próprio Secretário de Saúde que não me consta que esteve aqui na Assembléia Legislativa emitindo o seu parecer, a sua opinião a respeito do assunto, para que possamos, junto com o Secretário de Saúde e demais entidades encontrarmos um termo que possa representar o entendimento, dentro daquilo que pretende a Assembléia Legislativa através do Projeto 266/91 e aquilo que estabelece o Decreto firmado por Sua Excelência o Governador Roberto Requião.

Nós temos ainda a considerar e foi muito oportuna a lembrança do Deputado Dr. Rosinha, de que teremos no mês de outubro a Conferência Estadual de Saúde, que é fruto justamente e prosseguimento de todas as Conferências municipais de saúde. Estas conferências municipais e esta conferência estadual estarão balizando uma série de ações que poderão ser contribuições muito importantes na elaboração da lei estadual que cria o Conselho Estadual de Saúde.

Por esta razão é que apresentamos o requerimento, para que possamos melhor estudar a lei e melhor compatibilizar os interesses do Governo já afirmados através de um decreto desta Casa e das instituições, principalmente da Secretaria de Saúde e quiçá até da Conferência Estadual de Saúde.

Por isto conclamamos a todos para que retiremos de pauta o projeto 266.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem concedo a palavra ao Sr. Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos nos manifestar favoravelmente

à retirada do pedido de urgência deste projeto de lei, porque ao designar o relator e ao ser apreciado na CCJ, foi pedido vista deste projeto e lamentavelmente esta Presidência ou sua assessoria, não reclamou da permanência por longo tempo na mão do Deputado que pediu vistas.

Seria muito conveniente que se retirasse o pedido de urgência, voltasse à CCJ para que ela emitisse Parecer. Jamais gostaria que um projeto nosso a ser votado no Plenário, não recebesse um parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O DR. ROSINHA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Em nome da bancada do PT, quero registrar em primeiro lugar que fomos condenados, ele está desrespeitando a lei. O governador acabou de desrespeitar a lei, ao fazer um decreto quando deve ser lei.

Em nome da bancada do PT, proponho ao Deputado Orlando Pessuti, líder do PMDB, que concordamos com este adiamento por cinco sessões e solicitamos ao nobre Deputado que marque uma reunião entre a bancada do PT, os Deputados que assim o desejarem e mais o Secretário da Saúde, para que possamos discutir este conselho e para que venha para cá já com definições negociadas, para que a gente possa concluir mais rapidamente os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter a voto o requerimento.

Entretanto, quer manifestar ao líder do Governo a sua estranheza, por ter Sua Excelência - se for verdade -, baixado um decreto de nº 703, que corresponde a uma flagrante inconstitucionalidade.

Está em votação o requerimento do Deputado Orlando Pessuti. Aprovado.

A Mesa, mais uma vez, reitera ao Deputado Pessuti, que solicite ao Governador para que suspenda a publicação deste decreto, que ainda não foi publicado, para cumprir o art. 172, da Constituição Estadual:

"O Estado manterá o Fundo Estadual de Saúde, a ser criado na forma da lei, financiado com recursos dos orçamentos da seguridade social, da União, do Estado, dos municípios, além de outras fontes."

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, queria apenas, se Vossa Excelência me permite, fazer um comunicado à Casa em cima de um requerimento que encaminhei a Vossa Excelência e que foi devidamente acolhido pela Mesa.

Amanhã não estarei presente na sessão plenária, nem nos trabalhos da Casa, porque estarei sendo homenageado, com muita honra, na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, pela Confederação Brasileira dos

Delegados de Polícia de carreira.

Esta homenagem está ocorrendo agora, mas é algo que me foi distinguido ainda durante a fase dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, quando presidia a Comissão de Defesa do Estado da Sociedade e da Sua Segurança, em razão de nossa atuação democrática, decidida, afirmativa, na defesa dos postulados que pudessem melhorar mais e mais as Forças Armadas e, sobretudo, os organismos de segurança pública de nosso País.

Portanto, amanhã às vinte horas estarei recebendo esta homenagem, e por esta razão não me farei presente aqui na sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa felicita a Vossa Excelência por esta homenagem que o Estado de Minas presta a Vossa Excelência, e justifica desde já a sua ausência.

Concedo a palavra ao Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE - Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, fui citado num discurso do Dr. Rosinha, por não comparecimento na CPI. Talvez o Dr. Rosinha não saiba dos deveres do Deputado do Governo. E principalmente, de alguém que representa a Região Metropolitana.

Na quinta-feira passada houve reunião de interiorização do Estado aqui no Palácio Iguazu, na qual, com oito Prefeitos da Região Metropolitana, consegui recursos, consegui benfeitorias e muitas outras coisas.

Entre elas, sete caminhões de lixo para os mananciais da Região Metropolitana de Curitiba. Junto com os Secretários, desde a terça-feira retrasada que viemos discutindo.

Outras indagações foram feitas pelo Dr. Rosinha, nas outras faltas. Justificadas com atestados médicos, nas quais fiz uma cirurgia na semana passada. Esta cirurgia não podia ser adiada, porque eu não conseguia sequer falar mais.

Dr. Rosinha, antes de citar meu nome, venha falar comigo.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Pela Ordem.

Simplesmente para dizer ao nobre Deputado, que foram mais de dez sessões. Ele nunca justificou sua ausência em nenhuma das sessões às sextas-feiras.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu queria neste instante, aproveitando o momento, para que ficasse registrado e justificar a ausência deste

Parlamentar e também do Deputado Durval Amaral, na sessão de ontem à tarde, tendo em vista que fomos convidados por Sua Excelência o Governador Roberto Requão, onde fizemos uma visita à Usina de Salto Segredo, e posteriormente no Município de Teixeira Soares, participamos da inauguração de um projeto de eletrificação rural, em forma de mutirão, bem como no município de São João do Triunfo.

Então, desta feita, tratando-se da minha região e parte da região do Deputado Durval Amaral, não pudemos estar presentes na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Justificadas as faltas.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SIDÔNIO MURALHA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 05.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 306/91

P A R E C E R:

1. O ilustre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Sidônio Muralha, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

2. Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

3. Assim sendo, esta relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável. Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
EMÍLIA BELINATI - Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO COMUNITÁRIO DE NOVA ORLEANS, com sede e foro na Colônia Nova Orleans, Distrito de Campo Comprido, Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 05.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 307/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Rafael Greca, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Nova Orleans, com sede em Nova Orleans,

Distrito de Campo Comprido, em Curitiba.

O projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais deste Poder Legislativo, estando devidamente justificado.

Da mesma maneira, atende as especificações contidas na Lei n° 6994, que dispõe sobre os requisitos para a declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem legal ou regimental, manifestou-me favoravelmente pela tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 310/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA NETO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VITORINO, com sede e foro no Município de Vitorino. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 90, de 06.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 310/91

P A R E C E R:

Visando a declaração de Utilidade Pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitorino, o presente projeto de lei preenche todos os requisitos necessários, inclusive os previstos na Lei n° 5638/67, conforme documentação acostada.

Quanto ao mérito, entendemos plenamente justificada a pretensão, haja vista o importante papel desempenhado por tais instituições, em nossa sociedade.

Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 319/91, de autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX PESSOA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, situada no município de Nova América da Colina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 92, de 08.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROTOCOLO N° 7567/91

PROJETO DE LEI N° 319/91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova América da Colina.

AUTOR: Deputado Severino Félix Pessoa.

P A R E C E R:

O autor juntou ao presente processo, toda a documentação necessária, que comprova sua existência há mais de 5 anos, não tem fins lucrativos, sua diretoria não é remunerada e ainda mostra o último relatório de atividades.

Somos favoráveis à sua tramitação e aprovação, para os devidos fins.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 322/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública o Monastério da Ordem dos Místicos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 12.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 322/91

AUTOR: Deputado ALGACI TÚLIO

P A R E C E R:

O ilustre Parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa declarar de Utilidade Pública o Monastério da Ordem dos Místicos com sede e foro nesta Capital.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
EMÍLIA BELINATI
Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 324/91, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Amparo ao Deficiente Físico e ao Idoso Carente - APADEFIC, com sede no Município de Porto Vitória. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 12.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 324/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Valdir Rossini, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E AMPARO AO DEFICIENTE FÍSICO E AO

IDOSO "CARENTE", com sede no Município de Porto Vitória.

Encontra-se o Projeto instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a Declaração de Utilidade Pública, inexistindo óbice de natureza legal ou constitucional à sua normal tramitação pelos órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2303, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2302, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2289, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2295, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2298, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2286, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2285, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos de n°s 2282, 2281, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2292, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2293, 2294, 2296, 2297, 2299, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2300, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2304 de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2280, de autoria dos Senhores Deputados Ermani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 2273, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente de sessão anterior. Deferido.

Requerimento de n° 2279, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a discussão.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu me sinto bastante a vontade para falar a respeito do requerimento que encaminho a esta Casa, após os diferentes companheiros Deputados terem usado da tribuna e cobrado o respeito às leis, o respeito à Constituição e citado a questão da moralidade, e nós, de fato, tentando nos manter nesse sentido, mas não podemos deixar de apresentar a esta Casa, quando recebo documento por escrito de líderes da Bancada do PFL e do PMDB da cidade de Ivaiporã, levantando uma série de suspeitas a respeito da administração do município de Ivaiporã.

Ora, se há suspeitas, estas suspeitas merecem ter uma resposta, porque nesta Casa nós temos cobrado incessantemente a transparência por parte do Governo do Estado, temos cobrado incessantemente a transparência por parte do Governo Federal, e no momento em que nós estamos recebendo esta denúncia de Vereadores de Ivaiporã e, freqüentemente quando vamos a Ivaiporã, temos sido visitados por companheiros que têm levantado a preocupação com relação à situação em que se encontra o município de Ivaiporã. Pedimos para que esses companheiros de fato fizessem uma nota denunciando o que se passa na Prefeitura de Ivaiporã, e esses Vereadores nos apresentam de fato, através de uma nota oficial que já foi publicada nos jornais, de uma arrecadação de Cr\$ 531.417.765,74 e freqüentemente, ou melhor, dizendo todos os meses, a partir da campanha política passada, e tornou-se uma prática este ano na cidade de Ivaiporã, os funcionários de lá receberem todos os meses com atraso.

Atraso de dois meses, e o desespero tem tomado conta da maioria daqueles servidores públicos. A maioria destes servidores têm passado por situação de miséria, porque em sua maioria - hoje com mais de 800 funcionários - ganham salário mínimo e a alegação freqüente é de que a Prefeitura

de Ivaiporã não tem caixa, não tem dinheiro para pagar estes servidores e para arcar com as suas responsabilidades.

Ora, Senhores Deputados, uma Prefeitura que no semestre arrecada este montante e tem no semestre, uma folha que não chega a 200 milhões de cruzeiros, não poderia justificar desta forma, o atraso no pagamento da conta dos seus servidores e o atraso no pagamento de diversas contas por parte do município.

Temos recebido também, através desses Vereadores e através de representações sindicais, os diferentes protestos por contas que envergonham Ivaiporã.

Nós não queremos aqui ser amigos do rei. Nós não queremos aqui estar defendendo a imoralidade. Nós queremos defender a moralidade. Se o Prefeito não deve, também não pode ser acusado freqüentemente pela imprensa, dessas questões. Se o Prefeito não deve, acho que nós não podemos ser amigos do rei, para que se proíba uma auditoria nas contas de Ivaiporã. Eu acho que esse não é o caminho. Se há denúncia, o mínimo que se pode fazer, é liberar o Tribunal de Contas para verificação dessas denúncias. Nós não podemos nos somar em hipótese alguma a esse tipo de denúncia que denigre a imagem do nosso município. Nós não podemos ser amigos do rei, para não termos a coragem de chegar nesta Casa e apresentar matéria neste sentido. Não é porque queremos o ruim, não é porque queremos a destruição da administração de Ivaiporã. Em hipótese alguma. Nós queremos apenas cumprir com a nossa missão de Parlamentares que têm por obrigação zelar pelo gerenciamento do dinheiro público e quando nós apresentamos Requerimento neste sentido é para que se prove se há essas denúncias e não são denúncias que tenham razão de sê-las, merecem esses denunciadores responderem por aquilo que estão denunciando por todo o Paraná por toda a imprensa, e isto deve ser cobrado. Ele diz o seguinte em partes dessas denúncias, diz o Prefeito Municipal através da sua desastrosa administração tem através de gastos exagerados, desde a sua posse, levado o município à situação de caos. Ele próprio cita em pronunciamentos, através da imprensa, que não tem caixa para manter a Prefeitura em funcionamento. Fecha creches, paralisa o setor rodoviário e outros importantes setores e sugere que inclusive, se é mais prático, que se exonere o nepotismo que existe hoje dentro da Prefeitura de Ivaiporã. Obviamente que se fizer um levantamento dentro da Prefeitura de Ivaiporã nós vamos assistir o nepotismo que existe lá hoje. O levantamento sobre de fato os acertos que se faz para não se votar matéria neste sentido é porque vai se revelar coisas importantíssimas que o

Paraná precisa conhecer e o nepotismo nós estamos combatendo a nível de Governo Federal, a nível de Governo Estadual e os Parlamentares desta Casa têm sido freqüentemente jogados na imprensa, no emprego de familiares seus. Quando se fala na corrupção do serviço público, os Deputados também não estão alheios a este tipo de denúncia. E no momento em que nós nos curvamos e eu estou sabendo que existe de fato uma manifestação para que se vote contra este Requerimento, eu quero dizer aos Senhores Deputados que se este Requerimento for derrubado por quem não conhece a realidade do Município de Ivaiporã, a minha consciência está tranqüila, o meu dever está cumprido, o meu compromisso com a sociedade de Ivaiporã está registrado nesta matéria que eu trago hoje a esta Casa e nós precisamos ter uma explicação em Ivaiporã, para a sociedade de Ivaiporã dessas denúncias que são feitas. E não posso em hipótese alguma concordar com a situação pela qual passam os funcionários do Município de Ivaiporã, recebendo em sua maioria, 80% dos funcionários, recebendo salário mínimo, recebendo com dois meses de atraso e tendo freqüentemente manifestações e nós somos bastante claros na nossa justificativa quando dizemos o seguinte: a administração municipal de quaisquer dos entes federados submete aos princípios norteados da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade constantes do artigo 37 da Constituição Federal. Se a Constituição e as leis que estão, são tão bem citadas aqui na defesa de interesses próprios, são muito bem citados e defendidas, por que nós não defendermos também esses princípios constitucionais, por que também não defendermos essa denúncia que está posta para que se comece de fato a fazer aqui neste Plenário o trabalho que como Parlamentar nós temos que fazer, independente se o Prefeito é nosso amigo, independente se o Prefeito é nosso apadrinhado, independente se o Prefeito é do lado A ou do lado B. O que o povo do Paraná e o que o povo está pedindo, é a moralidade da coisa pública e eu creio que por esta moralidade eu estou me somando e quando cometer absurdos como estão denunciados, obviamente que deverei ser cobrado também. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos aqui neste momento cumprindo com a nossa função, cumprindo com a nossa obrigação de Parlamentar que não tem rabo preso, que foi eleito porque o voto consciente nos aprovou, independente do número de votos que tivemos, fomos aferidos pelo Tribunal Eleitoral e como tal no momento em que nos cai à mão este tipo de denúncia, com certeza, seja de quem for, ele será trazido ao conhecimento deste Plenário, ao

conhecimento da Assembléia Legislativa, ao conhecimento da sociedade paranaense que pede nada mais nada menos, do que respostas a estas questões. E cabe justamente ao Tribunal de Contas, que é o órgão auxiliar deste Plenário, a resposta e a verdade dos fatos para que o Município de Ivaiporã não sofra o que vem sofrendo ultimamente, a nível das páginas dos jornais deste Estado. O que queremos é isto: quem deve pagar. E os Vereadores que estão denunciando devem, eles devem responder por isto. E quem vai dizer com quem está a verdade é o Tribunal de Contas, através de um trabalho transparente e limpo, dizendo e dando a resposta que é o que a comunidade de Ivaiporã espera.

Muito obrigado!

O SR. ANTONIO TOTI COLAÇO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, meu caro Deputado Paulo Maia por quem tenho um grande e profundo respeito.

Independente da posição do Líder do PMDB eu devo dizer aqui que não vou poder acompanhar o seu Requerimento porque, na verdade, a competência exclusiva para fiscalizar os atos do Poder Executivo deste ou daquele município é o Poder Legislativo do referido município. Em segundo lugar, o encaminhamento para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Não estou aqui para fazer a defesa deste ou daquele Requerimento; mas, particularmente neste, tenho que confessar ao ilustre Paulo Maia, vou votar contra porque se assim não o fizer, estaremos invadindo a competência municipal existente hoje, expressa, consagrada nas Constituições, principalmente na Federal.

Então, desta forma, quero inclusive já antecipando o meu voto, porque estaríamos nós deste Poder interferindo e nos sobrepondo a um outro Poder que tem o mesmo poder e a mesma força que tem a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e que pela Câmara Municipal especificamente de Ivaiporã, como poderia ser a de Irati, de Rio Negro, aqui de Curitiba ou qualquer outra.

A competência para dar o encaminhamento necessário à denúncia desta ou daquela forma tem que partir da Câmara Municipal do Município de Ivaiporã e, conseqüentemente, num segundo plano, num segundo momento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou senão ao Procurador Geral da Justiça do Estado e assim por diante.

Como Parlamentar desta Casa e consciente, é claro, da responsabilidade que tenho, e eu quero com todo o respeito pedir vênica ao ilustre Parlamentar Paulo Maia pois não vou poder acompanhá-lo neste Requerimento, em função de que estaríamos invadindo competência de um determinado

Poder que é, no caso, o de Ivaiporã neste instante.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para encaminhar) - Artigo 18 da Constituição Federal: (Lê): "A organização política ..."

Diz o Requerimento do Deputado Paulo Maia (Lê): "Requer ao Tribunal de Contas nos termos do Artigo 75, inciso 4º ..."

E o que diz o Art. 75, inciso 4º (Lê): "Controle externo a cargo da Assembléia Legislativa ..." (Termina de ler o Artigo 75 - Inciso 4º).

É evidente que o Requerimento do Deputado da maneira como está colocada já não atende inclusive às determinações da Constituição do Estado do Paraná, porque o Inciso 4º refere-se às unidades do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, do Estado. Não quero entrar com referência mais ao mérito da questão que está sendo discutida. O Deputado Totti, acredito que deu conhecimento e esclarecimento a todos os Parlamentares.

Quero apenas relatar alguns fatos. Este assunto que nós estamos tratando aqui hoje Senhor Presidente, Senhores Deputados, já mereceu por parte do Deputado Paulo Maia e dos Vereadores a que se refere na condição de denunciante, de possíveis irregularidades na gestão administrativa da Prefeitura de Ivaiporã, já mereceu do Deputado Paulo Maia e daqueles Vereadores, do Presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, uma representação perante o Tribunal de Contas, há mais de 60 dias ou 90 dias, cujo Tribunal de Contas através do seu órgão maior, já tomou as devidas providências e já deliberou sobre o assunto e determinou as providências que deveriam aquele Tribunal adotar e determinou também a Câmara de Vereadores de Ivaiporã, os procedimentos que julgava o Tribunal de Contas cabíveis para o assunto. No nosso modesto entendimento, conhecendo a realidade de Ivaiporã e da maioria dos Municípios do Paraná. Problemas de atraso de pagamento, Deputado Paulo Maia, não acontecem só em Ivaiporã. Atraso de pagamento hoje está ocorrendo na maioria dos ... numa grande parcela dos municípios paranaenses, em decorrência da situação que passa.

E o assunto que nós estamos tratando aqui hoje, nos parece que, me permita com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, seria talvez mais uma postura de rechaço político com referência ao prefeito de Ivaiporã, do qual Vossa Excelência

foi Secretário Municipal e posteriormente demitido, e também um ato meramente oportunista e até politiquês, porque Vossa Excelência já no passado, há questão de uns dois ou três meses atrás como disse, agiu corretamente motivando o Tribunal de Contas que se manifestasse a respeito do assunto e aquela colenda Casa, assim o procedeu.

Razão pela qual Senhor Presidente, entendemos que o Requerimento nesse ato é inoportuno e pretende colocar os Deputados nesta Casa numa situação desconfortável, até mesmo perante o Tribunal de Contas que já foi acionado pelo Deputado, pelos Vereadores e pelo Sindicato dos Funcionários e que já emitiu um parecer e determinou providências a respeito do assunto.

Portanto na minha opinião, totalmente inoportuno e desnecessário este Requerimento no presente momento.

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu só gostaria de citar ao nobre Líder Deputado Orlando Pessuti, que eu não fui demitido da Secretaria de Educação de Ivaiporã e ele sabe muito bem que eu deixei aquilo lá por não concordar de fato com as falcatrúas. E isso eu deixei por escrito, não costumo fazer média, não. De fato apoiei, lamento ter apoiado e Vossa Excelência foi contra, mas obviamente por ser Líder do Governo e o seu partido estar no Governo, o Prefeito de Ivaiporã teve que se curvar aos seus pés e jamais eu me curvarei aos pés dele e encobrirei esse tipo de questão ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência já usou a palavra uma vez para encaminhamento de votação, não poderá fazê-la mais.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão.

Rejeitado.

O Sr. Paulo Maia - Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se. 3, 4 ...

Senhores Deputados que rejeitam o Requerimento queiram levantar-se.

21 não há quórum para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei ns. 059, 306, 307, 310, 319, 322 e 324/91

1ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei ns. 339, 343, 347, 348 e 354/91.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE SETEMBRO DE 1991.

"Política de Educação Científica no Paraná: A Favor de Quem?"

Araci Asineli da Luz

Inegavelmente o Paraná tem se destacado por um discurso de progresso no campo científico: a criação do Centro de Ciências do Paraná, em 1984, mesmo com uma defasagem de 20 anos em relação a outros centros, parecia garantir a efetividade da prática, que visava o crescimento via integração entre os ensinos de primeiro, segundo e terceiro graus. Paralelamente, com relação ao ensino superior, a reestruturação do CONCIPEC, a criação do FUNCITEC, a extinção do DESU junto à SEED e a organização de uma assessoria especial do Ensino Superior, na então Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, acenavam para um "desconfiado" mas esperançoso avanço.

No entanto, mais uma vez a prática incompetente delata o discurso incoerente de governos que se sucedem.

O desrespeito com a criança, com o jovem e com o adulto, e portanto, com o cidadão, se consolida na medida em que governos procuram desmontar moralmente as universidades de muitas lutas e autorizam outras, sem consistência, em troca de favores políticos regionais, mesmo sabendo das distorções que se agrava, a cada dia no campo econômico e financeiro. A descrença e a revolta se instalam quando se percebe que "os planos de ação", discutidos os segmentos da comunidade organizada e, tão alardeados, reduzem-se a prêmios, promessas, desencontros.

Será difícil escalar-se um patamar na tentativa de sair-se do padrão do terceiro mundo quando nem se percebe que a estratégia é investir na educação básica, é garantir-se uma iniciação científica de qualidade, é valorizar-se o professor em todos os níveis, como evidencia o exemplo do Japão.

Paraná, Estado de tantas idéias, muitas tentativas e tantos fracassos na educação, ocasionados pelo descaso das autoridades governamentais e, poucos avanços pela garra e coragem de seus professores.

O Centro de Ciências do Paraná, após tumultuada e conflitante organização, durante uma fase do governo Richa, pôde con-

quitar um espaço como gerador de propostas de ensino, pesquisa e extensão, numa diretriz lúcida de identidade, não só de ensino de ciências como também na forma de se pensar a ciência. No entanto, já no Governo Álvaro Dias, foi reduzido a mais um gabinete onde se referendam gastos do dinheiro público com projetos de pequena ou nenhuma repercussão para a melhoria do ensino nas salas de aula ou enaltece kits de "cirandas e cirandas" que, por já estarem prontos, "economizam o processo responsável e criativo do professor, reforçando a crise de idéias que se instala nas instituições de ensino, em todos os níveis.

Os pesquisadores paranaenses, incumbidos do compromisso com a produção do saber, convocam os colaboradores, movimentam seus laboratórios, respondem a editais que se comprometem com o apoio a pesquisa e eventos de caráter científico e/ou tecnológico, respaldados pela seriedade dos membros de um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. No entanto, os últimos governos não têm honrado este compromisso; aprovam recursos mas limitam seus repasses, não cumprem cronogramas de desembolso, gerando o caos e incertezas.

Como fruto do desrespeito aos ganhos obtidos a duras penas, o Paraná vê-se forçado a quebrar uma tradição de oito anos de mobilização de pesquisadores, professores e alunos de diferentes graus de ensino, com relação aos Simpósios Sulbrasilianos de Ensino de Ciências. Sistemática iniciada em 1983, na Universidade de Passo Fundo, os Simpósios vêm sendo realizados no mês de julho, a cada ano num dos Estados do Sul, matendo-se a sequência RS, SC e PR. Fórum de qualidade elogiável, reunindo, em média, de 4 a 6 mil inscritos a cada ano, tem propiciado a vinda de estudiosos e grandes mestres da Educação Científica de todo o Brasil, numa estratégia que possibilita o diálogo direto entre os que ensinam e os que aprendem a construir seu conhecimento. Geralmente sob parcial apoio da Capes, em 1988, tendo como sede a cidade de Londrina, pôde também contar com o apoio do Concitec, mesmo que bastante restrito.

Neste ano, o Simpósio não aconteceu. A Fundação Universidade Estadual de Maringá,

responsável pela organização e implantação do IX Simpósio Sulbrasiliano de Ensino de Ciências não conseguiu realizá-lo, embora haja a intenção de garanti-lo para janeiro do próximo ano. Sou favorável a que não aconteça.

Está-se à deriva.

Tem-se uma Constituição Estadual que garante a criação de um órgão com representação das comunidades empresarial, científica, trabalhadora e governamental, sem maiorias, que deverá gerenciar o percentual destinado ao fundo de C & T. Com a maturidade que lhe é peculiar, a comunidade científica buscou consenso entre as partes e propõe-lhe a estrutura de Fundação de Amparo à Pesquisa o que possibilitaria o equilíbrio, a seriedade e o resgate da dignidade para as questões que envolvem a Ciência e a Tecnologia em todos os seus níveis. Será, talvez, o primeiro passo para a tão propalada modernidade, mesmo que, no primeiro mundo, há no mínimo 50 anos, já se discutia o Pós-Moderno.

É hora de agir. A Escola precisa ser revista e a universidade necessita ser repensada. Os sucessos e/ou fracassos de uma estão diretamente ligados aos sucessos e/ou fracassos da outra. A discussão dos destinos de C & T no Estado está em processo. Torno a questionar: a favor de quem?"

Ato de Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 044/91

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Ofício número 086/91 da Prefeitura Municipal de Clevelândia e autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Poder;

R E S O L V E:

colocar, à disposição da Prefeitura Municipal de Clevelândia o funcionário JEFERSON LUIZ MAIA, contratado deste Poder, pelo regime da CLT, com ônus para esta Casa de Leis, a partir de 04 de abril de 1991.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 10.04.91

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral